

PATRÍCIA RICKEN VANDERLINDE

**BRASIL E ARGENTINA NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE
INTEGRAÇÃO CULTURAL PARA O MERCOSUL**

Monografia apresentada como requisito parcial
para conclusão do curso de bacharelado em
Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília - UniCEUB

BRASÍLIA - DF

2006

PATRÍCIA RICKEN VANDERLINDE

**BRASIL E ARGENTINA NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE
INTEGRAÇÃO CULTURAL PARA O MERCOSUL**

Monografia apresentada como requisito parcial
para conclusão do curso de bacharelado em
Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília - UniCEUB

BRASÍLIA - DF

2006

PATRÍCIA RICKEN VANDERLINDE

**BRASIL E ARGENTINA NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE
INTEGRAÇÃO CULTURAL PARA O MERCOSUL**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, pela Comissão formada pelos professores:

Orientador: Prof. Cláudio Ferreira da Silva

Prof. Alaor Sílvia Cardoso

Prof. Carlito Roberto Zanetti

BRASÍLIA - DF

2006

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo amor e apoio incondicional, especialmente ao meu filho Lucas, que tanto se privou da minha presença.

Aos mestres pelos ensinamentos; ao professor Cláudio Ferreira pelos constantes incentivos; ao professor José Flávio Sombra Saraiva pela valiosa colaboração e a todos os amigos que fizeram desse projeto uma realidade.

SUMÁRIO

Resumo	i
Abstract	ii
1. Introdução	08
1.1. Formulação da Situação Problema	16
1.2. Objetivos	17
1.2.1 Objetivo Geral	17
1.2.2 Objetivos Específicos	17
1.3. Justificativa	18
1.4. Delimitação da pesquisa	19
1.5. Estruturação do trabalho	20
2. Fundamentação Teórica	21
2.1. Brasil e Argentina ante o processo de integração do Mercosul: histórico, diplomacia e potência hemisférica	21
2.2. Cultura: conceitos, sentidos e integração cultural no Mercosul	28
2.2.1 A cultura e seus conceitos	28
2.2.2 Integração e cultura: O Protocolo de Integração Cultural em avaliação crítica	31
2.3. Setores envolvidos na integração Argentino-brasileira: cultura e sociedade civil	40
2.3.1 As Indústrias Culturais	40
2.3.1.1 Indústrias gráficas	41
2.3.1.2 Setor de serviços audiovisuais	43
2.3.1.3 Indústria fonográfica	45
2.3.1.4 Indústria publicitária	45
2.3.2 A cooperação educacional	46
2.3.3 O peso da sociedade civil	48
2.4. Integração Política e Institucionalização no Mercosul: possibilidades e limites	53
3. Metodologia	61
Conclusão	62
Referências	64
Anexos	

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo fazer uma análise das relações entre Brasil e Argentina, considerando os desafios para a construção do Mercosul. Em contraposição às teorias de integração econômica, a idéia básica desse projeto é destacar a importância da integração cultural para o desenvolvimento do bloco, já que esta consiste em uma das principais deficiências para o processo de aperfeiçoamento do mesmo, tendo em vista que não existe um projeto consistente de difusão cultural, essencial para o desenvolvimento social e consolidação da proposta de um Mercado Comum. O que se pode observar, em geral, é um certo desinteresse dos governos quanto às políticas culturais e um desconhecimento profundo da sociedade civil, que fica à margem do processo de integração.

ABSTRACT

This monograph is aimed at making an analysis of the Brazil-Argentina relations, considering the main challenges for the construction of the Southern Common Market – Mercosur. In contrast to economic integration theories, the basic idea of this text is to highlight the importance of cultural integration for the development of the bloc, as we regard it as one of the main handicaps in its current development process. We intend to demonstrate there is no consistent project as far as cultural diffusion is concerned, and how essential it is for the social development and consolidation of the Common Market project. We were able to notice, in general terms, a certain lack of interest of governments about cultural policies, and a deep lack of knowledge of civil societies of the countries involved, which keep citizens away and marginalised from the integration process.

1. Introdução

Essa monografia aborda os aspectos relevantes envolvidos na realização de um processo de regionalismo econômico no Cone Sul das Américas.

O regionalismo econômico representa importante elemento definidor do sistema internacional contemporâneo. Seu surgimento sob expressões diversas, observado a partir de meados dos anos 80, esteve associado a mudanças políticas e econômicas que levaram os Estados, assim como outros atores internacionais, a valorizar e explorar oportunidades decorrentes da proximidade geográfica como parte fundamental de suas estratégias de inserção no contexto da política e da economia internacional do final do século.

Apesar de frequentemente identificado com a promoção de acordos de livre comércio e, em níveis mais profundos de integração, com a livre circulação de fatores produtivos, o regionalismo não é um fenômeno estritamente econômico. Em suas diferentes expressões, acarreta mudanças de ordem política e nutre-se delas, uma vez que envolve formas de coordenação de políticas, modificando, por consequência, imagens, expectativas, objetivos e comportamentos de uma variada gama de atores nos planos doméstico e internacional (Vaz, 2002).

Os temas relacionados aos processos de integração regional vêm despertando crescente interesse nas áreas governamental, social e acadêmica. Sua revalorização veio a ocorrer após cerca de duas décadas de esquecimento quase completo, o que refletiu o ceticismo generalizado de formadores de política, da opinião pública e de acadêmicos quanto a factibilidade e às perspectivas de integração regional que, tanto na Europa ocidental, berço das iniciativas pioneiras, como em outras regiões, atravessaram longa fase de estagnação.

A reflexão e os avanços teóricos sobre integração regional estiveram vinculados à trajetória dos esforços integracionistas empreendidos desde os anos 50, quando ganharam forte impulso em razão dos contextos político e estratégico em que se produziram as explicações teóricas para integração.

Na sua dimensão política, estiveram centradas em dois elementos estruturais do ordenamento internacional de então: os valores, refletidos nas duas vertentes ideológicas antagônicas, e as relações de poder, dimensões definidoras da bipolaridade que caracterizava o sistema internacional naquele período.

Cada um desses elementos serviu de base para formulações teóricas sobre a integração política, originando duas vertentes explicativas: a primeira assevera que os sistemas políticos alcançam e preservam coesão com base em valores e visões comuns entre seus membros e no consenso quanto à estrutura do próprio sistema; a segunda sustenta que os sistemas políticos tornaram-se e mantêm-se coesos graças à aplicação de mecanismos coercitivos, associados à ameaça ou ao efetivo uso da força (Pfaltzgraff apud Vaz, 2002).

Os esforços teóricos iniciais não se limitaram a explicar a integração como fenômeno de natureza política apenas do ponto de vista dos interesses de segurança e do paradigma realista então preponderante. Com efeito, a integração colocava aos estudiosos problemas de conhecimento que contemplavam a questão fundamental das disputas de poder, mas que por outro lado, a transcendiam. Tratava-se de definir e conceituar a integração, de identificar seus objetivos fundamentais, de distinguir e caracterizar suas modalidades e etapas, de conhecer as condições favoráveis e desfavoráveis para sua evolução e as diferentes estratégias de realizá-la. Essas questões estavam no centro das preocupações de estudiosos como Ernest Haas, Amitai Etzioni, Walter Hallstein e Karl Deutsch. Elas retratavam a necessidade de conhecer os aspectos fundamentais de um fenômeno que, embora não propriamente inédito, colocava desafios de ordem política e que requeria, em sua consecução, além de conhecimentos gerados a partir de uma base empírica, formulações normativas voltadas para a compreensão do que se entendia como desejável ou necessário para materialização do projeto político que a integração econômica representava.

Karl Deutsch define integração como a existência de um sentido de comunidade, de instituições e de práticas capazes de assegurar, ao longo do tempo, expectativas de mudanças pacíficas em uma comunidade política, identificando-a, portanto, com uma situação em que a probabilidade de ocorrência de conflitos é reduzida (Vaz, 2002).

A preocupação em compreender e valorizar forças e processos que operam internacionalmente perante a dinâmica das relações interestatais marcou o início de uma nova fase na construção teórica sobre integração internacional. Os estudiosos passaram a centrar-se mais no fenômeno da interdependência no sistema internacional e em suas implicações políticas.

Com base nessa realidade, construiu-se uma perspectiva sistêmica que permitiria situar os sistemas regionais no âmbito de um macrosistema internacional, considerando a pluralidade de agentes e temas em cada nível. A integração deveria, segundo esse novo prisma, ser compreendida a partir de perspectivas da economia política internacional que

permitisse superar as limitações do realismo, sem, contudo, desvinculá-la da política internacional, e que, ao mesmo tempo, considerassem a crescente influência do liberalismo no comportamento dos atores no campo econômico (Keohane e Nye apud Vaz, 2002).

Com isso, diluiu-se a noção de integração internacional relacionada à cooperação e construção de arranjos supranacionais que refletiam a visão eurocêntrica adotada pelos funcionalistas, emergindo concepções que procuravam retratar e explicar novas formas de cooperação internacional, que incluíam variados atores não-estatais cuja ascensão no cenário internacional era percebida como importante transformação estrutural.

Problemas relacionados à articulação de interesses individuais dos Estados com seus interesses comuns, a provisão de benefícios que o Estado pode assegurar aos seus cidadãos, os dilemas da ação coletiva e o papel das organizações internacionais, despontavam como objeto de reflexão.

Das principais vertentes teóricas das relações internacionais, três merecem particular atenção no que se refere à compreensão mais ampla da lógica dos processos de integração regional: neofuncionalismo, neo-realismo e neoliberalismo. Dessas correntes, o neofuncionalismo talvez seja, a mais diretamente vinculada ao estudo da integração regional, tanto pelos esforços dedicados a compreender a lógica dos processos integrativos, quanto pela sofisticação conceitual com que analisou a experiência européia.

A fase subsequente é marcada pelo aumento dos níveis de interdependência dos países envolvidos na integração. À medida que surgem efeitos secundários imprevistos da associação, novas demandas por cooperação internacional são geradas. É precisamente esse “trasbordamento de cooperação específica” que os neofuncionalistas denominam *spill-over* – conceito chave na explicação dos autores dessa vertente da propulsão do regionalismo. A integração, que principia por motivações técnicas e centradas nos interesses econômicos, acaba por sofrer um processo de politização, e isso faz com que novas demandas por cooperação acabem por deslocar a importância do papel das elites nacionais para as instituições supranacionais. São estas as responsáveis pela solução das “novas demandas” geradas pela cooperação, cuja solução não mais comporta ações *ad hoc*, mas sim mecanismos institucionalizados supranacionais. A consolidação da integração regional faz-se, nesse sentido, a partir da supranacionalização, que reforça, em última instância, o sentimento de comunidade.

Uma segunda linha de análise sobre os processos de integração regional é o neo-realismo. Os teóricos neo-realistas enfatizam a natureza anárquica e conflituosa do sistema internacional e centram suas análises na ação dos Estados nacionais, pois são estes que, por definição, mantêm a prevalência nas questões de segurança e poder internacional – tidas como essenciais na definição da dinâmica internacional. Racionais, estrategistas e voltados para o próprio interesse dos Estados Nacionais estão mais preocupados com ganhos relativos de poder do que com arranjos destinados ao aumento do bem-estar geral.

O engajamento dos Estados em processos de integração é atribuído ao fato de estarem buscando mais segurança e poder ante os demais atores do sistema. Os arranjos regionais são entendidos por meio da teoria das alianças que busca explicar por que Estados nacionais se associam em torno de um objetivo comum, quase sempre de caráter defensivo, para contrapor-se a outro Estado ou agrupamento de Estados. Tais arranjos regionais refletem mais preferências e discriminações do que cooperação.

Como corolário do fato de predominantemente focar as relações políticas como monte das relações internacionais, está a ênfase na perseguição dos ganhos relativos em detrimento dos ganhos coletivos e absolutos (Snidal; Powell; Grieco apud Oliveira e Sennes, 2001). As relações políticas são entendidas como sendo de soma zero, o que, por definição, reduz drasticamente a probabilidade de uma visão dessa natureza fazer previsões otimistas sobre possibilidades de cooperação.

Para os neo-realistas, portanto, arranjos cooperativos de tipo regional, mesmo que envolvam de forma significativa questões econômicas, são de natureza política e defensiva. Tais arranjos não significam a superação dos Estados nem necessariamente o enfraquecimento destes, mas representam estratégias para garantir por outros meios aquilo que se vêem impossibilitados de garantir por si sós.

Em contraposição ao neo-realismo, a visão neoliberal centra a análise do sistema internacional na esfera das relações econômico-comerciais e suas possibilidades de criar oportunidades de cooperação interestatal. As relações econômico-comerciais não são predominantes apenas na definição de estratégias internacionais dos Estados, mas também nas dos agentes privados. Para essa vertente teórica, a cooperação não somente é possível, como também tem, no processo econômico e no funcionamento ampliado do mercado, sua maior possibilidade de realização.

Voltados para ênfase nos ganhos coletivos e absolutos, os neoliberais têm uma visão bastante benigna do sistema internacional, além de advogarem a ação crescentemente reduzida dos Estados Nacionais. A emergência de arranjos regionais assume uma perspectiva de etapa intermediária entre um mercado global e o protecionismo nacional.

O elemento comum entre as três estratégias analíticas apresentadas, no que tange à interpretação dos processos integrativos regionais, reside na similaridade com que avaliam as motivações básicas dos principais atores engajados. Já a principal diferença está nos fatores determinantes para o processo de formação de interesses: no caso dos neoliberais, motivações materiais tangíveis dos grupos de interesse; no caso dos neo-realistas, posicionamento relativo no sistema internacional e, no caso dos neofuncionalistas, demandas por cooperação e por institucionalização supranacional.

Para Alcides Costa Vaz, as formulações teóricas voltadas para os aspectos políticos da integração internacional procuram captar elementos constitutivos da dinâmica interna dos agentes envolvidos em projetos de natureza cooperativa, sem desconsiderar os fatores e processos que operam no sistema internacional e que contextualizam e impulsionam os movimentos da integração.

Os processos de integração regional envolvem países de diferentes tamanhos, níveis de desenvolvimento, capacidades militares, níveis tecnológicos e padrões culturais. Essa diversidade fundamental entre as unidades políticas é de supor que produza perspectivas e projetos políticos internacionais também diversificados, pois tende a estar lastreada nas suas respectivas identidades, capacidades, vulnerabilidades, padrões culturais e na forma como os atores estatais, empresariais e sociais dessas unidades políticas percebem essas condições. Tal constatação está na base do que denominamos de teoria sincrônica da integração regional (Oliveira e Sennes, 2001).

Para compreender como se processam acomodações políticas em torno de um arranjo regional é necessário levar em consideração essa complexidade, a concepção sincrônica busca incorporar essa diversidade e complexidade de maneira não ortodoxa, mas sem inviabilizar uma explicação racional para o fenômeno da integração regional.

Assim, a teoria sincrônica da integração regional parte do pressuposto de que as diferentes unidades políticas engajadas em um arranjo regional de integração – com perspectivas e objetivos distintos e cientes dessa diferenciação – buscam definir um acordo que compatibilize essas diferenças a partir de uma perspectiva racional, diferentemente da

teoria das etapas (diacrônica) que supõe que, com o desenvolver das relações regionais, as percepções, interesses e atores relevantes dos países envolvidos vão se alterando de forma homogênea em todos os Estados participantes. Inicialmente mais próxima da perspectiva realista, em seguida mais liberal e, finalmente, mais funcionalista, a teoria sincrônica afirma que a diversidade de perspectivas é própria de tais arranjos políticos regionais e que ela os permeia desde o início.

A teoria sócio-econômica e a ideologia política passaram a integrar o cotidiano da população mundial, desempenhando um papel decisivo no processo cultural de consolidação das formas de poder e de seu exercício no Estado e em paralelo a ele. A fome, o desemprego, as endemias, o analfabetismo, a ausência de propriedade particular, continuam sendo espectros que assombram o dia-a-dia das massas, por toda parte. O embate e a polarização ideológica, no entanto, não se traduz em vitória de lado algum, nem tampouco em alívio dos ingentes problemas que assolam a maioria. Os desequilíbrios econômicos continuam sendo uma das mais graves hipotecas que pesam sobre as relações sociais, políticas e internacionais desde a segunda metade do século XX, sem ter sofrido alteração substancial nos primeiros momentos do século XXI (Martins, 2002).

Segundo Martins, a “ideologia” rotula pragmaticamente os resultados sociais, políticos e econômicos que se justificariam no interior de uma determinada teoria (ou de um determinado complexo de teorias). Interessa aqui, destacar o campo da teoria da cultura, no qual o agir humano se define, com a conotação de ser fundamental para o indivíduo e para sua comunidade. Da pragmática cultural da ideologia resultaria sua compreensão como modo prático de agir que se espera de qualquer um que se considere pertencente àquela comunidade, ou seja, visto como tal por determinados líderes comunitários. O confinamento das diferenças culturais no âmbito de definições simplificadoras alimenta o choque das culturas que exprime subsequente em conflitos de poder.

A ideologia é um instrumento prático polivalente, socialmente relevante e particularmente eficaz – embora de contornos difusos, quando “vívda” concretamente pelas pessoas. Dessa forma “identificar” uma ideologia, por exemplo, um conjunto de idéias políticas com caráter argumentativo, prescritivo e pragmático; durabilidade, consistência lógica; potencial motivador enraizado em pessoas, grupos ou sociedades, servindo para legitimar a racionalização de interesses grupais e de ações deles decorrentes ou dependentes (Martins, 2002).

Em qualquer hipótese, ideologias apresentam um caráter altamente dinâmico, imediatamente voltado para o prático, tendo uma dimensão psicossocial e emocional inegável, cujo atrativo resulta o engajamento dos homens.

O fato de reconhecer a existência de um sem número de alternativas político-institucionais e socioeconômicas não basta. Estamos cercados por cenários econômicos, políticos, sanitários, nutricionais, etc. variados, o mundo passa por modificações que muitas vezes escapam totalmente à interpretações e análises. O conflito das interpretações, talvez absorvível pelos especialistas, aparece, à percepção do homem comum, como a falência da academia ou como sua futilidade, não diminuindo em nada a ânsia de encontrar um porto seguro, uma âncora cultural que sedimente a identidade, a autocompreensão e o agir.

Cultura e civilização enfrentam um desafio que perdeu as fronteiras geopolíticas e que, malgrado sobressaltos nacionalistas, étnicos ou religiosos acentuados nos anos 90, nunca viveram modificações tão extensas, rápidas e arrebatadoras. O incremento da assim chamada “participação popular” nas representações parlamentares, o aumento da mobilização social no plano das deliberações políticas, a organização de grupos, associações, sindicatos, etc. modificam a geografia do espaço público e, em boa parte, abrem a perspectiva de uma transnacionalidade da cidadania.

A adesão social é indispensável e cada vez menos tutelável, tornando-se difícil e custosa. Duzentos anos de conscientização acerca da dignidade e da autonomia de cada um estão dando o resultado de que só se adere àquilo de que se está convencido – por argumento, por crença, ou pelo motivo que se considerar relevante.

A pluralidade das alternativas teóricas e as correspondentes ideologias fazem parte de um moto perpétuo integrante da realidade humana, sem que isso signifique colocá-las no mesmo plano e atribuir-lhes o mesmo valor. A questão dos valores e dos juízos que são feitos de tudo, com base neles, é igualmente relevante e merece tratamento à parte. Importante é que, em qualquer caso, ideologias na organização humana, não faltam, nem faltarão – também entre os homens as idéias parecem estar movidas por um *horror vacui*. Ainda mais importante: formulá-las, aderir a elas, rejeitá-las, criticá-las, enfim, lidar com elas, não deve ser função de terceiros – nem tutela nem manipulação. Fácil? Não parece. Impossível? Decerto não (Martins, 2002, p. 94-95).

Tratar da integração no âmbito do Mercosul, pela ótica do processo negociador, focalizando em particular a interação entre o Brasil e a Argentina, conduz a uma abordagem

eclética, que considera, de um lado aspectos da visão realista, como a centralidade dos Estados, seus interesses e atributos no plano da cooperação internacional como componentes da análise estrutural do processo de negociação, e, de outro, fatores relacionados à presença de atores não estatais e processos domésticos, próprios da visão institucionalista e que, em cada país, condicionaram a definição, pelos governos, de interesses e posições de negociação e, por conseguinte, as decisões então tomadas quanto à condução do processo integracionista.

1.1. Formulação da Situação Problema

Diante de um panorama de crescente marginalização econômica, política e estratégica, causada, sobretudo pelas mudanças na estrutura e no funcionamento do sistema econômico mundial, e em face de uma evidente perda de espaço comercial, de redução do fluxo de investimentos e de dificuldades de acesso a tecnologias de ponta, Brasil e Argentina viram-se diante da necessidade de redefinirem sua inserção internacional e regional. Dentro dessa nova estratégia, a integração passa a ter papel importante na criação de comércio, na obtenção de maior eficiência com vista à competição no mercado internacional e na própria transformação dos sistemas produtivos nacionais.

Em 06 de julho de 1990, Brasil e Argentina firmam a "Ata de Buenos Aires", mediante a qual fixam a data de 31/12/94 para a conformação definitiva de um Mercado Comum entre os dois países. Em agosto de 1990, Paraguai e Uruguai são convidados a incorporar-se ao processo integracionista, tendo em vista a densidade dos laços econômicos e políticos que os unem a Brasil e Argentina. Como consequência, é assinado, em 26 de março de 1991, o "Tratado de Assunção para Constituição do Mercado Comum do Sul".

Ato fundacional do Mercosul, o Tratado de Assunção estabelece, fundamentalmente, as condições para se alcançar até 31/12/94 a União Aduaneira, etapa anterior ao Mercado Comum, além de estabelecer uma estrutura institucional transitória para o Mercosul, que permaneceria inalterada até dezembro de 1994, quando o Protocolo de Ouro Preto definiu sua estrutura institucional definitiva.

O Protocolo deu ao processo de integração o perfil completo de uma União Aduaneira, a partir de sua assinatura, durante a Cúpula de Ouro Preto (dezembro de 1994), o Mercosul passa a contar com uma estrutura institucional definitiva para a negociação do Mercado Comum. Além disso, o Protocolo de Ouro Preto estabelece personalidade jurídica ao Mercosul, que, a partir de então, passa a negociar como bloco os acordos internacionais.

A assinatura do Protocolo de Integração Cultural, em 17 de dezembro de 1996 demonstra a intenção dos países envolvidos no processo de integração de criar mecanismos formais para aprofundar a negociação em direção ao ambicionado Mercado Comum.

No entanto, pouco foi feito para colocar em prática o que foi acordado pelos Estados-Partes na assinatura do Protocolo, tornando a existência de regras formais sobre cultura ineficientes na busca da aproximação cultural entre os povos.

1.2. Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Contribuir para os estudos do Mercosul, enfatizando a importância da integração cultural para a consolidação do Mercado Comum, a partir de uma perspectiva histórica das relações entre Brasil e Argentina.

1.2.2 Objetivos Específicos

Têm-se como objetivos específicos:

- a) Identificar os principais obstáculos para construção de políticas de integração cultural no Mercosul;
- b) Demonstrar a importância dos setores culturais envolvidos na integração Argentino-brasileira e o peso da sociedade civil no processo de construção do Mercosul;
- c) Avaliar a relevância da integração política e institucionalização do bloco na construção de políticas de integração cultural para o Mercosul.

1.3. Justificativa

Vários estudos já destacaram a importância do Mercosul para o desenvolvimento dos países membros e conseqüentemente para os associados. O desenvolvimento crescente dos blocos econômicos demonstram essa tendência de união de forças na busca de vantagens comparativas.

Como o processo de integração do Mercosul pretende uma integração ampla, isto é, econômica, política e cultural, cujo objetivo é consolidar o Mercado Comum, a presente pesquisa pretende identificar os principais desafios na construção de políticas de integração cultural no Mercosul.

A relevância do estudo justifica-se pela ausência de trabalhos acadêmicos que abordem o tema da integração cultural no Mercosul, limitando-se a tratar do processo de integração a partir de abordagem estritamente econômica.

1.4. Delimitação da Pesquisa

Este estudo está concentrado na coleta de informações e posterior análise dos documentos referentes ao processo de integração regional do Cone Sul das Américas, o Mercosul, a partir de uma perspectiva Argentino-brasileira.

A análise documental levou em conta os acordos, tratados e outros atos e mecanismos diplomáticos que instrumentalizam, jurídica e tecnicamente, e definem, numa perspectiva formal, o objeto de interesse dos países envolvidos no processo de integração.

No que se refere à integração cultural, foi analisado o Protocolo de Integração Cultural, parte integrante do Tratado de Assunção (Ata de Fortaleza de 1996), além das atas de reuniões de Ministros da Cultura dos países membros e associados.

Com o objetivo de esclarecer pontos relevantes, por vezes não encontrados em livros e documentos institucionais, foi elaborado um roteiro de entrevista semi-estruturado para identificar as principais diretrizes do governo brasileiro e argentino na construção de políticas de integração cultural para o Mercosul.

1.5. Estruturação do Trabalho

O trabalho está apresentado em quatro capítulos. O primeiro capítulo aborda o processo de integração do Mercosul a partir de uma análise história das relações Argentino-brasileira, considerando o papel dos principais atores políticos envolvidos na integração sub-regional, ante o processo de forte relação de cooperação com os Estados Unidos.

O segundo capítulo apresenta os diferentes conceitos de cultura, na Sociologia, na Ciência Política, na Antropologia e no mundo das Artes e faz uma análise crítica do Protocolo de Integração Cultural.

O terceiro capítulo analisa os diferentes setores envolvidos no processo de integração cultural, considerando o peso da sociedade civil para o aprofundamento da integração cultural.

Em seguida, o quarto capítulo apresenta o processo de integração política e a institucionalização do bloco como alternativas para construção de projetos supranacionais de integração no Mercosul.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Brasil e Argentina ante o processo de integração do Mercosul: histórico, diplomacia e potência hemisférica

A partir de uma abordagem histórica, veremos que a integração sub-regional foi retardada pela preferência, principalmente do Brasil e da Argentina, em estabelecer um relacionamento privilegiado com os Estados Unidos. Isto pode ser percebido a partir das orientações dos principais formuladores da política externa desses países.

As percepções de José Maria Paranhos da Silva Júnior, mais conhecido como Barão do Rio Branco quanto às estratégias e objetivos da política externa brasileira são marcadas por uma concepção realista das relações internacionais, vista como arena de competição anárquica entre os Estados soberanos, onde a soberania repousa nos recursos de poder de que cada Estado dispõe.

Tinha clara percepção da emergência dos EUA como pólo de poder hemisférico e mundial, e das vantagens que se podia tirar de um estreitamento de relações com a nova potência, e foi sobre essa perspectiva que ele conduziu os caminhos da diplomacia brasileira durante sua administração.

Cético quanto a possibilidade de formação de um bloco hispano-americano que pudesse se opor aos EUA – fosse pelas próprias rivalidades intra-latino-americanas, fosse pela falta de recursos -, ele descartava deliberadamente a vertente bolivariana do movimento pan-americano.

No entanto, as concepções de Rio Branco são claramente reveladoras do papel hegemônico que ele vislumbrava para o Brasil na América do Sul e no hemisfério. Ele não via motivos de temor para os três grandes do Cone Sul – isto é, Argentina, Brasil e Chile -, em relação a formulação do corolário Roosevelt, visto que o mesmo teria sido formulado para orientar a ação dos EUA no Caribe e América Central.

O realismo de corte darwinista servia não apenas à justificativa do intervencionismo norte-americano, mas preocupava-se, sobretudo com a possibilidade de que o Brasil viesse a ser obrigado a exercer papel semelhante na América do Sul, onde se via cercado de pequenos vizinhos instáveis. Nesse sentido, por volta da mesma época em que Roosevelt anunciava seu corolário (1902), o barão desenvolvia a idéia de um tratado unindo Argentina, Brasil e Chile

com o objetivo de sancionar a intervenção nos países vizinhos, em caso de insurreição ou guerra civil, visando o restabelecimento dos governos legais e a proibição da utilização do território dos três países por revolucionários.

Rio Branco via os vizinhos hispano-americanos com profunda desconfiança e suspeita, uma visão alimentada não apenas pela memória dos conflitos do século XIX, mas também pela percepção comum às elites políticas imperiais, de que o Império brasileiro representava a própria encarnação da civilização européia em meio à “barbárie” das repúblicas hispânicas. Ainda dentro desta concepção, Rio Branco dedicava uma sensibilidade especial à Argentina, sempre atento a qualquer movimento da república vizinha que pudesse pôr em xeque a liderança brasileira na América do Sul (Silva apud Burns, 1966; Bueno, 1982). Sua enfática defesa do rearmamento naval brasileiro prendia-se à crença de que o país estava em inferioridade de condições em relação à nação platina, tendo perdido a posição, que desfrutava durante o Império, de principal potência naval e militar da América do Sul.

Por outro lado, na medida em que o equilíbrio de poder no Prata fosse assegurado, as relações entre Brasil e Argentina também comportariam elementos de cooperação, como no caso da proposta por ele lançada – e, à época, não implementada – de uma *entente cordiale* unindo Argentina, Brasil e Chile. Essa *entente* – que, de fato, lançou as sementes do futuro Pacto ABC – era concebida não como pólo de oposição aos EUA no continente, mas sim como fórmula visando ao entendimento mútuo e à elevação do prestígio externo dos três países (Silva apud Cerro e Bueno, 1992; Lins, 1945).

Como Rio Branco, Joaquim Nabuco pressentiu a ascensão dos EUA como potência mundial e os benefícios que uma aliança estreita com o pólo de poder poderia trazer para o Brasil. No entanto, o idealismo de Nabuco se manifestava em sua entusiasmada defesa do pan-americanismo, visto por ele como a base do “sistema político” novo e distinto, que se constituía à medida que outros sistemas – como o formado por Europa, Ásia e África – se consolidavam em outras partes do globo, e cuja característica principal seria a formação, no hemisfério, de uma “zona livre e neutra, de paz”, em contraste a “zona beligerante” formada ao redor da Europa. A partir desta idéia, ele desenvolveu e propagandeou o projeto da União Americana, que reunia todas as nações hemisféricas em torno de interesses materiais e morais comuns e resultaria, no futuro, na criação de um novo tipo de civilização, baseada na prevalência da democracia, da justiça e do direito.

Oswaldo Aranha e João Neves da Fontoura foram responsáveis pela continuidade daquilo que, então, já era percebido e incorporado como uma tradição da diplomacia brasileira

ou o “legado” de Rio Branco: a concepção de que os EUA deveriam se constituir no principal eixo da política externa brasileira.

A percepção do potencial de conflito presente nas relações entre Brasil e Argentina levou Aranha a enfatizar iniciativas que buscavam a cooperação, a consulta mútua e a criação de interesses recíprocos. Ele acreditava que qualquer ação conjunta de sucesso na América do Sul deveria necessariamente passar por um entendimento prévio entre as duas maiores potências, e preocupava-se com a persistência de conflitos como a guerra do Chaco e a disputa de fronteiras entre Peru e Equador. Nesse sentido, o chanceler chegou a idealizar uma *entente* defensiva (também não implementada) unindo os dois países, com vistas à Coordenação de ações comuns. Ao mesmo tempo ele concedia ao comércio bilateral uma importância estratégica no sentido de neutralizar divergências e rivalidades. Apostando no potencial de complementaridade entre as economias argentina e brasileira, estimulou a assinatura do primeiro acordo de comércio entre os dois países desde 1856 (Silva apud Hilton, 1994).

Representante do americanismo ideológico, as percepções de João Neves da Fontoura a respeito do contexto internacional e das formas de inserção do Brasil nesse contexto são fortemente marcadas por um viés ideológico, ao qual se associa a posição conservadora por ele assumida frente a política interna, que o levaria, inclusive, à ruptura com Vargas.

A condição de “aliado especial”, invariavelmente convocada pelo chanceler em seus pronunciamentos, tinha por base a solidariedade política, econômica e militar emprestada pelo Brasil à causa aliada – que envolvera inclusive a participação de tropas brasileiras lutando lado a lado com exércitos aliados -, a qual conferiria ao país uma posição única na América Latina. No plano regional, essa condição se traduzia em um apoio incondicional à política hemisférica de Washington, que agora se orientava para construção da institucionalidade do sistema interamericano (OEA, TIAR), de forma a enquadrá-lo nos objetivos globais da política externa norte-americana.

No que se refere ao plano continental, as concepções de João Neves davam continuidade – e mesmo aprofundavam – à postura já tradicional de instrumentalizar o relacionamento bilateral com os EUA para assegurar uma posição de proeminência na região. O principal alvo, aqui, continuava sendo a Argentina, numa percepção em que as relações envolvendo os três países eram sempre concebidas como um jogo de soma zero. Assim, Fontoura acreditava que as históricas divergências entre os EUA e a nação platina resultavam em ganhos para o Brasil, enquanto, inversamente, qualquer melhoria do relacionamento dos

dois era percebida como negativa (Hirst, 1985).

A problemática do relacionamento entre Brasil e Argentina se revelaria como uma das mais explosivas a ser enfrentada por João Neves durante sua segunda gestão como ministro, revelando claramente de que forma se mesclavam, em suas crenças, as associações entre o ambiente interno e externo. Sua firme oposição às supostas tentativas de Vargas e Perón de reeditar o Pacto ABC, agora com motivações predominantemente econômicas, se prendia, em primeiro lugar, a uma visão extremamente negativa do peronismo e das possíveis associações que este poderia estabelecer com o trabalhismo brasileiro na implementação de uma suposta “república sindicalista”. Neves acreditava que a base da política externa de Perón continuava sendo a formação de um bloco continental que, sob a hegemonia da Argentina, funcionasse como polo de oposição aos EUA. Ele visualizava e temia o potencial que uma aproximação política e econômica entre Argentina, Brasil e Chile poderia ter em termos de deslocamento do epicentro do sistema interamericano. Para ele, blocos regionais ou sub-regionais como os preconizados pelo Pacto ABC eram inadmissíveis, na medida em que abriam brechas perigosas na unidade hemisférica, com a possibilidade de exclusão dos EUA. Nesse sentido, ele julgava que as relações entre os países do *hemisfério* deveriam continuar privilegiando os instrumentos de cooperação econômica, política e militar que o sistema interamericano já havia consolidado, tais como o TIAR e a OEA. Também nesse caso, as relações do Brasil com a América Latina e os EUA eram percebidas como um jogo de soma zero, onde a inclinação por um dos pólos implicava necessariamente o afastamento de outro, não havendo espaço para possíveis composições entre uma política para o continente e outra para os EUA (Silva apud Fontoura, 1957).

O início dos anos 60 daria lugar à formulação de um novo paradigma de política externa, o primeiro a se impor, de fato, como alternativa ao americanismo vigente desde Rio Branco. A característica principal deste novo paradigma é justamente o fato de que o eixo da política externa se desloca da “aliança especial” com os EUA para uma concepção globalizante da inserção internacional do país.

Político de formação humanista, com fortes convicções democráticas e reformistas, San Thiago Dantas foi um dos grandes responsáveis pela formulação desse novo paradigma. Sua atuação como parlamentar e intelectual pautou-se pela defesa da reforma social, dentro de uma estratégia gradualista que não apresentasse rupturas com a ordem democrática. A associação constante entre democracia representativa, desenvolvimento econômico e justiça social é um traço fundamental do pensamento de Dantas, assinalando uma notável coerência

entre suas concepções da política interna e externa.

As concepções de Dantas revelam uma forte influência do pensamento da CEPAL, que oferece argumentos intelectuais para construção de uma identidade econômica entre os países latino-americanos, unificando-os em suas especificidades nacionais e simultaneamente diferenciando-os dos países desenvolvidos. Mais do que isso, as formulações cepalinas conferem nacionalidade econômica à emergência dos países periféricos como atores coletivos no plano internacional (Silva apud Lima, 1993).

Dantas via a política externa não como uma simples “decisão de governo”, mas sim como o resultado de um processo de amadurecimento político e cultural interno. Para ele, o determinante fundamental da PEI era uma nova consciência quanto ao grau de inferioridade e dominação que o país estava condenado em virtude de seu subdesenvolvimento, que só poderia ser rompido por uma política “emancipatória e revolucionária”, que apontasse para a reforma das estruturas sociais vigentes. O despertar desta nova consciência entre os povos subdesenvolvidos permitia a identificação de interesses comuns e progressiva unificação de sua conduta internacional, evidenciando a emergência de uma “força histórica nova” (Dantas, 1964).

Outro ponto a ressaltar no pensamento de San Thiago Dantas é o seu apoio ao movimento, então já iniciado pela criação da ALALC, de integração latino-americana e a importância crucial das relações Brasil/Argentina, inauguradas no governo JK, de conceber o relacionamento entre os países a partir de uma nova dinâmica, que enfatizava os elementos de *integração e cooperação*, construídos em torno de uma *identidade comum latino-americana e periférica*. Um aspecto importante desta nova tendência dizia respeito à percepção claramente desenvolvida por Dantas, da existência de uma sincronia histórica entre os projetos nacionais perseguidos pelas duas nações sul-americanas (ambos baseados no trinômio democracia-desenvolvimento-justiça-social), num momento em que também se destacavam as afinidades de suas posições no campo da política internacional. Para o chanceler, não só a integração econômica, mas também a intensa cooperação cultural e científica se revelariam benéficas para ambos os países. Dantas vislumbrava um mercado comum entre Brasil e Argentina como o núcleo de um futuro mercado regional, ao qual se somariam os demais países latino-americanos. Sua defesa da integração latino-americana ultrapassava o simples processo de liberalização comercial previsto pela ALALC, preconizando o aprofundamento da integração econômica e o entendimento cultural amplo que levariam, por fim, à plena união política (Dantas, 1962).

Para Dantas, a emergência de uma posição comum entre “os povos americanos subdesenvolvidos” havia provocado no hemisfério a afirmação paralela de um latino-americanismo, articulador de interesses diferenciados e mesmo contrapostos aos dos EUA.

O que pode ser percebido quanto a política externa brasileira nesse período, é que, enquanto o “pragmatismo responsável” prevaleceu, as parcerias que foram construídas com países industrializados não implicaram diretamente no afastamento das relações do Brasil com seus vizinhos, tampouco representaram um fator de aproximação entre os mesmos. Essa aproximação se deu mais em função do próprio interesse brasileiro em exercer o papel de protagonista no processo de cooperação no plano regional. Ao mesmo tempo, a aproximação iniciada, não esteve amparada na busca de um relacionamento especial, que atuasse como catalisador na construção de diretrizes para uma política externa regional. Assim, até metade dos anos oitenta, o estabelecimento de parcerias estratégicas priorizou muito mais os interesses em relação ao mundo industrializado do que aqueles com a América Latina e outras regiões do mundo em desenvolvimento.

Na década de 80, as políticas externas do Brasil e da Argentina encontraram importantes elementos de convergência. O comprometimento com a restauração plena e a consolidação da democracia condicionou tanto a política externa brasileira, sob José Sarney (1985-1990), como a política externa argentina, sob Raúl Alfonsín (1983-1989), e refletiu-se sobretudo, na forma com que suas respectivas prioridades passaram a ser operacionalizadas (Corrêa apud Vaz, 2002).

Os esforços de ambos os países para adaptarem-se às condições internacionais e imprimirem às próprias políticas externas novo direcionamento, em razão também dos novos ordenamentos domésticos que a redemocratização colocava, refletiram-se de forma distinta, em cada país, no padrão de continuidade de política externa, ao mesmo tempo em que produziram um nítido sentido de convergência quanto a prioridade a ser conferida à América Latina como espaço privilegiado de sua atuação político-diplomática e econômica.

Assim, a partir de meados dos anos 80, deram-se as condições para que o Brasil e a Argentina estabelecessem sua principal e mais abrangente parceria estratégica, que serviria de plataforma para redefinir suas relações no plano regional e nos inícios dos anos 90, para instrumentalizar sua inserção externa já em um contexto internacional profundamente modificado pela superação da confrontação leste-oeste, pela emergência de blocos econômicos, pela gradual afirmação do liberalismo econômico e da democracia como valores consagrados na ordem internacional emergente.

No entanto, embora aproveitando plenamente as possibilidades que emanavam do novo quadro político interno em favor da integração, os governos Sarney e Alfonsín não lograram definir novos paradigmas de desenvolvimento capazes de orientar suas políticas externas. Assim, para os dois países, esgotaram-se os paradigmas de desenvolvimento econômico aos quais suas políticas externas serviram e, por conseqüência, perderam funcionalidade as alianças estratégicas então forjadas, sem que se introduzissem, naquele momento, outros paradigmas. Isso somente viria ocorrer, para a Argentina, a partir de 1989, com a chegada ao poder de Carlos Menem, e, para o Brasil, em 1990, com a presidência de Fernando Collor de Mello (Vaz, 2002).

A prevalência do paradigma neoliberal na Argentina e no Brasil produziria forte convergência quanto ao sentido a ser impresso às reformas econômicas. Mas, ao mesmo tempo, despontavam importantes clivagens no âmbito das políticas externas que, embora não obstaculizassem a continuidade do processo de integração bilateral, passariam a condicioná-lo em dois sentidos: primeiro, levando em conta que a estratégia de integração fosse centrada nas áreas de convergência, possíveis de realização imediata e circunscritas ao âmbito comercial, uma vez que já tinham sido praticamente suplantadas desconfianças no plano estratégico-militar; segundo, introduzindo um elemento de volatilidade política que permitiria à Argentina o exercício de uma estratégia de elevar sua capacidade de barganha manipulando politicamente as assimetrias que marcam suas relações tanto com o Brasil como com os Estados Unidos, as quais constituíam, ainda que com sentidos diferenciados, os eixos centrais de promoção de sua inserção comercial. Em outras palavras, o manejo simultâneo das relações com o Brasil e com os Estados Unidos em elevado nível de prioridade, na política exterior Argentina, passaria a representar meio importante para reduzir ou compensar, no campo da política internacional e no âmbito de seus vínculos bilaterais, suas limitações e inferioridade no plano econômico, onde estavam, de fato, definidos os interesses e as necessidades fundamentais do país (Vaz, 2002).

A abordagem histórica apresentada nos mostra que, na conjuntura atual, qualquer guinada brasileira ou argentina rumo a uma política bilateralista de realinhamento automático ou aliança preferencial com a potência hegemônica acarretaria, provavelmente, o ressurgimento dos velhos fantasmas e das mútuas idiossincrasias, que subsidiaram o pensamento geopolítico e estratégico inicial dos dois países platinos.

2.2.Cultura: conceitos, sentidos e integração cultural no Mercosul

2.2.1- A cultura e seus conceitos

O termo *cultura* permanece em contínuo processo de complexificação, sofrendo mudanças significativas através do tempo e do espaço. Atualmente, os múltiplos significados da palavra podem ser observados não só no pensamento acadêmico como também na extensão de seu uso na linguagem cotidiana.

A pluralidade das culturas é um problema atual. Em tempos de globalização, além de ser uma questão teórica, é um problema prático e político. *Cultura* tornou-se substantivo plural. Interrogar a cultura através da linguagem é, portanto, interrogar a sua transitoriedade, é interrogarmos a nós mesmos na compreensão do outro.

Na linguagem sociológica, cultura é um conjunto acumulado de símbolos, idéias e produtos materiais associados a um sistema social, seja ele uma sociedade inteira ou uma família. Juntamente com estrutura social, população e ecologia, constituem um dos principais elementos de todos os sistemas sociais e é conceito fundamental na definição da perspectiva sociológica (Johnson, 1997, p.59).

A cultura possui aspectos materiais e não-materiais. A cultura material inclui tudo que é feito, modelado ou transformado como parte da vida social ou coletiva, da preparação do alimento à produção de aço e computadores. A cultura não-material inclui símbolos – de palavras à notação musical -, bem como as idéias que modelam e informam a vida de seres humanos em relações recíprocas e os sistemas sociais dos quais participam. As mais importantes dessas idéias são as atitudes, crenças, valores e normas.

A distinção entre cultura, por um lado, e o que fazemos, por outro, é importante porque o poder e a autoridade da cultura na vida humana têm origem principalmente em nossa experiência da mesma, como algo externo a nós e que transcende o que fazemos na realidade. O que torna uma idéia cultural, e não pessoal, é simplesmente o fato de ser comum a duas ou mais pessoas, ela deve ser vista e vivenciada como tendo uma autoridade que transcende os pensamentos do indivíduo.

A noção de cultura a partir da disciplina de Ciência Política pode ser retomada ao Iluminismo francês e, ainda mais especificamente, a obra de Montesquieu, *O Espírito das leis*. A forma e o conteúdo das leis, ou seja, da ordem política, resultam de um conjunto de

fatores heterogêneos em interação e, por sua vez, reagem sobre eles, mantendo-os ou transformando-os.

Interação, ação e reação, os termos sugerem que a realidade político-jurídica – a vida social, a sociedade, dir-se-á mais tarde à luz da modernidade do século XIX – deve ser encarada como uma totalidade conceitualmente apreendida em tipos de ordem política, cuja exposição exaustiva é o objeto de *O Espírito das leis* (Guimarães, 1996).

Esses conjuntos de fatores são de natureza muito diversa, distinguindo-se, grosso modo, em físicos e espirituais. Para Montesquieu, existe uma ordem mais complexa de fatores – “muitas coisas governam os homens” e todas contribuem para o “espírito das leis” – ele também os hierarquiza e confere maior força àqueles denominados *princípios de governo* - a virtude, a honra e o medo – que muito dependem da liberdade humana, de valores e práticas que se pode alterar. Vale dizer o estado de espírito que anima os governados em relação aos governantes e que confere legitimidade a cada ordem política. Daí derivam, afinal, os tipos de ordem política: se o princípio predominante é o medo, então as leis serão despóticas, dele se nutrirão e objetivarão mantê-lo ou torná-lo ainda maior; já se a população é voltada à causa pública, sentimento para o qual Montesquieu reserva o termo virtude (a virtude cívica), então a ordem será republicana (aristocrática ou democrática); já o princípio da honra legítima, a monarquia constitucional moderna, que Montesquieu vincula a uma origem feudal, seria a forma mais avançada que poderia assumir uma ordem política moderna.

O conjunto de representações, práticas e instituições políticas de uma coletividade – um povo, uma nação, uma classe, um grupo étnico ou profissional, etc. – é o objeto de estudo a que nos remete a noção de cultura política na vertente de Montesquieu.

Na acepção restrita de cultura, a Ciência Política dedica-se ao estudo das decisões governamentais, de políticas públicas voltadas para os intelectuais, suas instituições e empresas brutalmente malignas, como no caso da perseguição e da censura; cooptacionais, como no caso da fusão informal de interesses entre escolhas de pesquisa acadêmica e razão de estado e/ou razão de empresa; benignas, como no amparo à pesquisa ou no apoio à produção artística (Guimarães, 1996).

Os antropólogos, paralelamente e em contraste com outros especialistas, têm desempenhado um papel específico no que se refere ao conceito de “cultura”. Ao construírem a noção de cultura para pensar as experiências humanas, as diferenças entre “civilizados e “primitivos”, entre “nós e os “outros”, trouxeram algo que, simultaneamente, desencadeia e

cura a doença; ao mesmo tempo, veneno e remédio (Gonçalves, 1996).

No vocabulário evolucionista, a palavra cultura, ou a noção de evolução cultural vai sempre acoplada à noção de evolução biológica. O que diferencia o uso da palavra “cultura” no vocabulário evolucionista é o fato de aparecer sempre no singular. Fala-se em “cultura, sua origem e evolução; mas não em “culturas”. Esse deslocamento do singular para o plural é que vai marcar a genealogia da noção de cultura, tal como aparece no discurso antropológico moderno (Stocking apud Gonçalves, 1996).

O uso da noção de cultura no plural está embutido em uma nova concepção da linguagem, ou linguagens, enquanto sistemas de signos, e que está associada ao nome de Saussure. As experiências humanas, a partir de então, vão ser pensadas através da metáfora da “linguagem”, que passa a desempenhar um papel central. Segundo essa concepção de cultura, também conhecida como “relativismo cultural”, os seres humanos são constituídos por sistemas de signos diferenciados, através dos quais pensam e articulam suas experiências, suas relações com a sociedade e a natureza. A partir da obra de Saussure e dos antropólogos, postula-se a “arbitrariedade” dos signos lingüísticos, assim como a arbitrariedade dos signos culturais que constituem as experiências humanas.

A concepção universalista é uma espécie de “outro” da noção etnográfica ou relativista de cultura, e com a qual mantém uma relação de permanente tensão, desde sua formação. Uma e outra freqüentam a antropologia e podem ser caracterizadas através de “matrizes” tais como “tradição humanista” e “tradição romântica”; ou de “paradigmas”, como “razão prática” e “razão simbólica”; através de identidades disciplinares, tais como antropologia como “ciência natural da sociedade” e antropologia como uma das “humanidades; ou ainda, através de objetivos disciplinares: uma ciência em busca de “leis”, ou em busca de “significados”.

A obsessão que une, ao mesmo tempo divide uma e outra perspectiva que talvez se explique pelo uso que fazem dessa metáfora fundamental do vocabulário antropológico moderno: a noção de linguagem. Apesar das divergências, que alimentam um extenso debate que já faz parte dos manuais de história da antropologia, essas perspectivas convergem quanto ao modo de conceber “linguagem” e suas relações com dimensões extralingüísticas (Gonçalves, 1996).

Para a História, dentro do tema cultura, o homem é, de saída, animal interpretativo, animal cultural. Não há vida e depois cultura. Não há formação cultural independente da vida. Toda vida já é vida em cultura, obviamente, é desde logo, condicionada e elaborada. E, no

entanto, quando aos políticos faltam todos os outros argumentos, aí e só aí apelam para a famosa “crise cultural”. Desde sempre existiu, existe e existirá o problema da “crise cultural”, ela não se despreza da estrutura do real. Po isso, é tão inócuo e improdutivo pretender “explicar” o fenômeno cultural por fatores casais, econômicos ou sociais; tão inócuo quanto querer que a cultura resolva o problema da estrutura básica do real. À cultura não cabe, absolutamente, a “solução” da vida material. Da mesma maneira, não será uma estrutura material da vida em que a cultura é tratada como secundária e irrelevante que vai produzir novas perspectivas culturais, novas vidas culturais (Brito, 1996).

2.2.2 Integração e cultura: O Protocolo de Integração Cultural do Mercosul em avaliação crítica

Como discutido anteriormente, a integração cultural não é um fato isolado da integração econômica, de acordo com a teoria sincrônica da integração regional, as diferentes unidades políticas engajadas em um arranjo regional de integração devem ser desenvolvidas concomitantemente.

A área de cultura, no âmbito do Mercosul, teve inicialmente o *status* de Reunião Especializada, criada pela Resolução 34/92 do Grupo Mercado Comum. Realizaram-se duas reuniões especializadas, nas quais se lançaram as bases do trabalho de integração culturais através do Memorandum de Entendimento e preparou-se o terreno para a criação da Reunião de Ministros de Cultura do Mercosul.

Em agosto de 1995, a Decisão 2/95 do Conselho do Mercado Comum criou a Reunião de Ministros da Cultura do Mercosul. Desde então, esse órgão tem se reunido regularmente, tratando dos temas relacionados às diversas áreas em que se desenvolve a integração cultural no âmbito regional.

Em Fortaleza (Brasil), em 17 de dezembro de 1996, foi aprovado pelo Conselho do Mercado Comum o Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, tornando-o parte integrante do Tratado de Assunção. A partir de então, a adesão por parte de um Estado ao Tratado de Assunção implica automaticamente sua adesão ao Protocolo de Integração Cultural.

A Reunião de Ministros de Cultura do Mercosul é regida por um Regimento Interno, que contempla a seguinte estrutura:

- Reuniões de Ministros de Cultura
- Comitê Coordenador Geral
- Comissões Técnicas

O Comitê Coordenador Geral (CCG) é o órgão executivo da Reunião de Ministros de Cultura, e tem as seguintes funções:

- Criar as Comissões Técnicas necessárias para a consecução de seus objetivos;
- Definir tarefas e coordenar as atividades das Comissões Técnicas;

O CCG se reúne semestralmente, e prepara a pauta das reuniões de Ministros, depois de analisar e avaliar as propostas e os resultados dos trabalhos das Comissões Técnicas.

Inicialmente em número sete, as Comissões Técnicas são atualmente quatro, nas seguintes áreas:

1. Patrimônio:

Dedicada à análise de ações conjuntas visando o conhecimento, proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural do Mercosul, com particular atenção ao projeto das Missões Jesuítas, à preservação do patrimônio arqueológico pré-colombiano e à valorização do patrimônio intangível, constituído por idiomas, tradições e costumes dos nossos países.

2. Indústrias Culturais:

Dedicada a estudar condições que possibilitem empreendimentos conjuntos nos meios de comunicação de massa, cinema, televisão, vídeo, rádio, indústrias editorial e discográfica.

3. Redes de Informação:

Voltada à criação das condições para o estabelecimento de um sistema de informação cultural regional, baseado na interconexão das diversas bases nacionais de bibliotecas, museus, teatros, eventos, agentes e produtores culturais, etc.

Elaborará as pautas para a cooperação interinstitucional na área da informação cultural, em colaboração com o SICLaC, CIDOC e outras iniciativas internacionais.

4. Capacitação:

Projeta iniciativa conjunta de formação profissional de administradores, técnicos, produtores e criadores nas diversas áreas da cultura, e o intercâmbio de criadores, docentes e pesquisadores.

Segundo o Protocolo de Integração Cultural, tendo em vista os princípios enunciados

no Tratado de Assunção e o Memorando de Entendimento, firmado em Buenos Aires, em 15 de março de 1995, no âmbito da Primeira Reunião Especializada de Cultura, os Estados-Partes comprometem-se a promover a cooperação e o intercâmbio entre suas respectivas instituições e agentes culturais, com o objetivo de favorecer o enriquecimento e a difusão das expressões culturais e artísticas do Mercosul.

Até o presente momento, foram realizadas vinte reuniões de Ministros de Cultura do Mercosul e Estados Associados. A mais recente aconteceu na Ciudad del Este, República do Paraguai, em 06 de junho de 2005.

Em todas elas manteve-se uma linha temática que expressa as seguintes idéias programáticas:

- Assumir a integração cultural, desde sua diversidade, reconhecendo esta como fundamento da identidade nacional dos Estados-Partes e Associados;
- Entender a cultura como um dos eixos do desenvolvimento sustentável e integrar esta premissa aos programas de desenvolvimento econômico e social;
- Promover um processo de elaboração de um corpo legislativo regional sobre a circulação de bens e serviços culturais;
- Estabelecer uma política de difusão cultural orientada a obter a presença regional nos mercados internacionais.

Estes vetores são de certa forma transcendentais, na medida em que nasceram de convicções e acordos entre os Estados-Partes e Associados (Bolívia e Chile), que precisam situar-se na perspectiva de três fatores, que não estão necessariamente harmonizados com os convênios globais e tem se transformado em obstáculos para amplitude e velocidade dos seus avanços.

Em primeiro lugar, os Estados enfrentam uma legislação e institucionalidade cultural distinta, que nem sempre facilita a agilidade nos convênios. Em segundo, cada um dos governos têm diferentes prioridades frente aos temas culturais, os quais ficam estagnados em posições pouco relevantes. Em terceiro, os efeitos indiretos dos colapsos da economia internacional e regional afetam especialmente os aspectos culturais.

Para viabilizar uma política cultural moderna, incluindo, capaz de chegar aos diversos setores da sociedade, fortalecendo os aspectos da criação livre e diversa é necessário desvincular a cultura de uma categoria restritiva, onde se inclui somente as artes e o entretenimento, destacando aspectos como direitos humanos inalienáveis, variáveis de

desenvolvimento e indicadores de qualidade de vida situada em um mundo constituído principalmente a partir de espaços *geoculturais* (Garretón, 2001).

Trata-se de assumir a globalização desde uma lógica que produza recorrentes sínteses de processos culturais, abertos e inclusivos, os quais operam como fundamento de velhas e novas identidades, de eventos materiais e virtuais susceptíveis de ser integrados ao desenho das políticas culturais.

Para isso, é necessário que haja uma ampliação no conceito da cadeia de valor que articula as dinâmicas de criação, incorporando questões como educação, formação artística, debate dos espaços públicos e todos os aspectos que envolvem o valor simbólico e de identidade da nação.

As indústrias culturais e de comunicação representam um dos setores econômicos mais decisivos em termos de investimentos de capital e crescimento relativo de emprego, além do importante papel exercido através de diversas iniciativas que buscam contribuir com o intercâmbio, difusão e integração cultural.

Novos modelos teóricos, conceitos e metodologias têm sido abordadas nas reuniões de Ministros da Cultura, dando lugar a temas como gestão cultural, organização e estratégia de planificação desses campos, etc. Essa tendência progressiva pode ser observada com clareza a partir da oitava reunião de Ministros de Cultura do Mercosul, a qual se realizou em julho de 1999 em Asunción, Paraguai, onde os participantes reafirmaram sua *“complacencia por la creciente intenalización por parte del colectivo social y de los organismos internacionales en ponderar a la cultura como una agente de integración y eje para el desarrollo armónico y sustentable”* (MERCOSUR/RMC/ACTA N° 1/99).

Sugestões operacionais possíveis de ser implementadas em curto prazo, como a criação de mecanismos que permitam o intercâmbio de bens e serviços culturais, com normas transparentes e estáveis; formação de uma base de dados que especifique os produtos das indústrias culturais, permitindo detectar e melhorar os procedimentos junto as autoridades públicas e privadas da região.

Outro aspecto abordado nas últimas reuniões tem sido o de definir e estabelecer as bases para um projeto de segurança social para os artistas e trabalhadores da área de cultura (MERCOSUR/RMC, 2000). Assunto singularmente transcendente considerando que o setor cultural em seu conjunto integra um número considerável de pessoas da região, que historicamente tem estado desprovida de normas e leis que protejam rigorosamente sua

atividade e que permitam contar com uma segurança social digna.

Paralelamente a isto, começou-se a incluir como eixo temático, a necessidade de estudar o impacto cultural produzido pelos modelos de desenvolvimento na região, que colocam a cultura como um pilar do desenvolvimento sustentável. A partir disto, pode se entender que seria relevante começar a analisar sistematicamente o impacto específico que a cultura e os programas culturais tem dentro das políticas de integração, com o objetivo de consolidar e agilizar essas políticas além dos espaços de criação.

A cultura pode ser considerada uma das variáveis de ajuda nas situações de difícil resolução, particularmente em uma sub-região onde povos e tradições se sobrepõem, mas que em última instância jamais deixaram de estar integrados, como acontece no norte chileno, com Bolívia, Peru e Argentina, ou na fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai.

Os processos de imigração por motivos econômicos têm seus efeitos culturais, como ocorre com a população chilena e uruguaia na Argentina, peruana no Chile e boliviana no Peru, em busca de trabalho, geram nichos e espaços híbridos (Canclini, 1990), onde os diversos hábitos e costumes tendem a manifestar-se para preservação de suas tradições, vinculando-se através das diversas formas de linguagem dos países e cidades receptoras.

Observando a realidade das diversas manifestações culturais na região pode-se verificar um crescimento da importância relativa de todas as áreas vinculadas a criação e que, cada vez mais, os diferentes setores culturais e geográficos, de cada um dos países, integram-se e assumem as temáticas culturais como uma questão definitiva de inevitável respeito a seus propósitos e objetivos setoriais.

No entanto, esses esforços são frustrados por uma série de interesses diversos. O que pode-se observar com relação ao que foi estabelecido no tratado e realizado pelas autoridades são declarações sem efeito prático no que diz respeito a implementação de políticas culturais consistentes e duradouras.

Os discursos são tratados por Foucault como práticas descontínuas que podem cruzar, se excluir ou ignorar. Ao explicar o princípio da especificidade, ele alerta que o discurso é um “jogo de significações prévias” sobre o qual apenas deciframos os elementos de verdade; o discurso, como prática, é “uma violência que impomos às coisas” (Foucault, 1996, p. 53). A partir dessa perspectiva metodológica, entendemos que os discursos dos formuladores do Mercosul, mais que um acontecimento econômico, político e cultural, exprimem uma maneira dispersiva e múltipla de enunciar, classificar, categorizar e experimentar a integração da

América Latina na realidade contemporânea.

Para estabelecer quem são estes “formuladores” de políticas, Alcides Costa Vaz, do Núcleo de Estudos do Mercosul da Universidade de Brasília, retoma uma classificação – proposta por Bizzozero e Grandi – de matriz circular com três níveis de influência no processo decisório do Mercosul. No primeiro círculo, aparecem os dirigentes governamentais, as instituições formais do próprio Mercosul (Conselho do Mercado Comum, Grupo do Mercado Comum e a Comissão de Comércio do Mercosul). No segundo nível, estão os Parlamentos, partidos políticos, centrais sindicais, Comissão Parlamentar Conjunta, o fórum Consultivo Econômico. O terceiro círculo é movimentado por organizações sociais, meios de comunicação, universidades e forças armadas (Vaz, 1999, p. 68-94).

Nas esferas matriciais estão, portanto, o campo econômico, o político e o social. Acrescentam-se também, os indivíduos e grupos sociais que, apegados a alguma prática cultural, colocam no seu horizonte provável um maior contato com o público ou instituições da América Latina e do Mercosul.

Para Alcides da Costa Vaz (2001, p. 19):

[...] Espera-se uma maior atuação de atores sociais que, embora não diretamente envolvidos no processo de negociação e de tomada de decisões, tendem a apresentar-se como importantes protagonistas em iniciativas de integração tanto no âmbito econômico como sócio-cultural e político.

Pode-se dizer que a cultura ocupa uma espécie de “não lugar” nos primeiros momentos do Mercosul. Paradoxicamente parece que a partir dessa conformação, ela se destaca como um instrumento de interligação e descoberta dos delicados fios e das relações mínimas entre os homens, os grupos sociais e as instituições do Mercosul. No entanto, a força que emana da cultura se apresenta apenas no discurso. Não existe, ainda, o estabelecimento de políticas culturais para o Mercosul.

Observe-se que apenas em 2001 é colocado como uma questão central o projeto do Senador Arthur da Távola sobre a integração cultural por meio de rádio e televisão (Távola, 1999). No entanto, a problemática dos meios de comunicação, seu agenciamento no sentido de aumentar o potencial do projeto de integração já era sugerida desde os anos 80.

Franco Montoro, grande incentivador da integração latino-americana pensava assim a respeito da integração cultural:

Primeiro, a integração da América Latina não pode se limitar a uma união de mercados, a um avanço tecnológico ou a alguns empreendimentos comuns. É preciso dar alma a essa integração e criar uma consciência latino-americana: humanista, democrática e pluralista;

Segundo, a integração cultural da América Latina não será obra dos governos, mas das instituições culturais, iniciativas e movimentos de toda a sociedade civil. Sem dispensar o apoio do poder público, as organizações não-governamentais tem papel insubstituível na condição da política cultural.

Terceiro, devemos reconhecer e apreciar devidamente o fato de que na comunidade latino-americana há uma grande diversidade de culturas regionais e locais. Essa diversidade não é um obstáculo, é uma riqueza que deve ser respeitada em seus valores próprios e aproveitada como base de um desenvolvimento solidário.

Essa é a idéia de integração que se pretende disseminar a partir desse trabalho. Estreitar os laços de amizade, fortalecer a democracia e diminuir as barreiras lingüísticas. A participação ativa na integração, através da música, teatro, artes plásticas, literatura, gastronomia, artesanato, e tantas outras manifestações populares, certamente garantirão uma integração duradoura, imune aos rumores do mercado e da política.

O conhecimento e a difusão do registro das atividades culturais de cada país são fundamentais para que conheçamos o modo de viver, as noções de convivência, a maneira de externar suas emoções, principalmente por meio da arte.

Entre os projetos e realizações, destaca-se alguns já realizados ou em andamento:

- Criação do Memorial da América Latina, na cidade de São Paulo;
- Ensino obrigatório do idioma espanhol no Brasil e do português nos países de língua espanhola;
- Revistas, artigos, estudos e publicações dedicados a problemas da América Latina ou suas sub-regiões;
- Festivais de música, artes, cinema e outros típicos da região;
- Instituição da Universidade Latino-Americana e do Caribe, pelo Parlatino;
- Abertura de mestrado e doutorado especializados em problemas da América Latina, em diversas universidades;
- Formação da Orquestra de Câmara Jovem do Mercosul, pela ONG Ação Social pela Música do Rio de Janeiro;
- Criação do Parlamento Cultural do Mercosul – PARCUM;
- O grupo das Mercocidades;
- O setor Mercosul Cultural – no âmbito dos órgãos máximos de cultura dos países;

- A instituição do Dia do Patrimônio Cultural do Mercosul (PL nº 3.087/2000 de autoria da Deputada Marisa Serrano)

No entanto, oficialmente foram poucos os protocolos e acordos assinados no âmbito do Mercosul que normatizam questões polêmicas que facilitam essa integração, como pode ser verificado no comparativo abaixo:

- Protocolos e acordos entre os Estados – Partes do Mercosul:
 - Assuntos gerais ou econômicos: 38 (trinta e oito)
 - Assuntos de educação, ciência e cultura: 2 (dois)
- Protocolos e acordos do Mercosul com terceiros, países ou organizações:
 - Assuntos gerais ou econômicos: 32 (trinta e dois)
 - Assuntos de educação, ciência e cultura: 2 (dois)

Fica claro que por trás dessas iniciativas não existe uma verdadeira política de regulação e desenvolvimento para integração cultural. No caso das indústrias audiovisuais, por exemplo, é interessante notar que foi pela falta de articulação com o setor privado que se deu o fracasso de projetos regionais de integração anteriores na área de comunicações. No final dos anos 70, marco dos debates da UNESCO sobre a Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação, se estabeleceu na América Latina numerosos projetos de cooperação regional, tais como a Ação de Sistemas Informativos Nacionais (um *pool* de agências nacionais de notícias), a Agência Latino-americana de Serviços Especiais de Informação (uma agência pan-latina de notícias financiadas pela UNESCO) e a União Latino-americana e Caribenha de Radiodifusão (entidade que agrupa os radiodifusões não comerciais da região).

Em outras palavras, em uma região onde desde muito cedo predomina o modelo estadunidense da radiodifusão comercial, as políticas audiovisuais que ignoram o setor privado estão condenadas a ter um impacto muito limitado. Este é um dos riscos que afeta as políticas culturais do Mercosul.

É importante reconhecer que a política de indústrias culturais do Mercosul está em desenvolvimento, mas além do caráter embrionário, deve-se analisar a região levando em conta três eixos analíticos: a estrutura das indústrias culturais, as políticas domésticas de comunicação e as distâncias culturais; que revelam a problemática e os desafios que estas enfrentam nas agendas políticas audiovisuais do Mercosul.

Na última Reunião de Ministros de Cultura do Mercosul e Países Associados, já citada anteriormente, foi colocado em pauta a necessidade de revisar o Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, incorporando novas temáticas e conteúdos que, nos últimos tempos vem impactando a agenda de cultura em nível nacional e internacional.

Que el MERCOSUR Cultural há avanzado lo suficiente como para instituir instancias de máximo nivel técnico que aporten estudios proyectos y propuestas para la implementación de las directivas emanadas de las reuniones de Ministros, como forma de perfeccionar cada vez mas el proceso de Integración Cultural (MERCOSUR/RMC/ACTA N° 1/05).

Considerando que as diretrizes do Protocolo de Integração Cultural (Ata de Fortaleza de 1996), na sua maioria, não foram implementadas pelos países membros, espera-se que com a sua revisão, as mesmas sejam viabilizadas e implementadas com a mesma intensidade e importância com que são colocadas nos documentos oficiais.

Que la cultura debe tener un lugar privilegiado en las agendas públicas gubernamentales e intergubernamentales. Que la institucionalidad del sector cultural debe alcanzar el máximo nivel en las estructuras de los respectivos ejecutivos. Que los presupuestos de cultura deben alcanzar, como mínimo, los estándares recomendados por UNESCO (MERCOSUR/RMC/ACTA N° 1/05).

2.3 Setores envolvidos na integração Argentino-brasileira: cultura e sociedade civil

As diferenças e conflitos históricos vividos pelos países membros do Mercosul são fatores imortalizados pela história, mas o tempo tem demonstrado que as afinidades superam os contrastes, garantindo o embasamento para facilitar a arrancada de uma política de intercâmbio e difusão cultural, sob o signo da integração.

Os antecedentes comuns desses países, que aprenderam a cultivar as contribuições do negro e do índio, o sentimento nativista e o espírito criativo que são marcas do povo latino-americano e podem ser alicerces para uma aproximação no universo cultural. O Mercosul tem tudo para ser o agente canalizador de uma escalada cultural, promovendo intensas relações culturais entre seus parceiros e com o resto do mundo, auxiliando, inclusive na expansão do comércio exterior e dos investimentos.

Como lembra San Martino (1996, p. 45):

Las aproximaciones que acercan distancias o que excluyen lejanías, están dadas por la unidad de lengua, de razas, de tradiciones que expone y contiene toda Iberoamérica. Estas coincidencias sostenidas, representan una ventaja cualitativa, compariva y competitiva, significativa, respecto de otros proyectos y realidades comunitarias. El hábitat regional favorece en Iberoamérica la convergencia de esquemas de integración y multilateralismo no excluyente.

2.3.1 As Indústrias Culturais

A cultura gera um crescente complexo de produtos e amplia seu peso econômico e social, representado já cerca de 12% da produção industrial do mundo, além de destacar-se como grande empregadora de mão-de-obra. A constatação é do cineasta argentino e pesquisador de comunicação Octávio Getino, que destaca o papel integrador que a cultura pode desempenhar no processo de construção do Mercosul.

A significação estratégica do setor começou a motivar estudos em alguns países do Mercosul, orientados a impulsionar os processos de integração regional. A pesquisa que realizamos na Argentina, abarcando os anos de 1980 a 1992, permitiu-nos comprovar que a dimensão econômica nacional destas indústrias culturais superava então os 10 bilhões de dólares anuais, aproximadamente 5% do PIB. Isto, ainda sem avaliar valores e porcentagens relacionados com a incidência de tais atividades sobre outros setores da cadeia produtiva e a elas relacionadas, como a eletrônica, a metalmecânica, a química, informática, óptica, etc., e também sem considerar o peso econômico da publicidade e da promoção do consumo em geral.

A elaboração de políticas de desenvolvimento econômico, social ou cultural precisam de informações confiáveis para que sejam executadas conforme a programação de suas finalidades. A informação não determina as políticas, mas sua existência é indispensável quando se pretende definir planos de desenvolvimento e de integração em escala nacional ou regional.

A obtenção, processamento e sistematização da informação, no caso da dimensão econômica e social das indústrias culturais, tem uma importância vital para o desenho de políticas públicas, gestão empresarial e social, participação popular e desenvolvimento da democracia e da cultura.

A diferença entre as indústrias culturais e as outras indústrias pode ser percebida nos dados referentes a produção e serviço de bens culturais, que são escassos e muitas vezes inexistem. Nem o Estado, nem o setor privado, tampouco as organizações ou associações de técnicos e autores informam ou proporcionam uma informação suficientemente confiável sobre os recursos movimentados nessa área.

A maior capacidade produtiva no campo das indústrias culturais do Mercosul se concentra no Brasil e na Argentina, cujo estudo será apresentado com maior ênfase com base nas informações contidas no livro *Indústrias Culturais no Mercosul*.

2.3.1.1 Indústrias Gráficas

No setor editorial, três segmentos podem ser caracterizados como indústrias culturais: o setor de livros, o de revistas e o de jornais.

Ao analisar o setor de livros deve-se ter em conta a importância do consumo cultural que impulsiona a população. A indústria do livro engloba a produção de obras para o setor educacional e para o entretenimento e cultura em geral, edita nos países do Mercosul uma média de 70 mil títulos anualmente, que representam uma tiragem de 400 milhões de exemplares, em espanhol e português, e um faturamento de mais de 2 milhões de dólares.

As empresas brasileiras produzem mais de 40 mil títulos por ano, com uma tiragem de 330 milhões de exemplares, cifra que equivale a uma média de quase dois livros por habitante. A maior parte dos municípios brasileiros possui bibliotecas públicas, que têm uma penetração maior que as livrarias ou outras formas de acesso aos livros.

A indústria editorial argentina produz uma média de 12 mil títulos anuais, com uma tiragem de 48 milhões de exemplares. As publicações de maior circulação nos países de língua espanhola da região são as editadas na Argentina, sendo muito escassa a produção de revistas em outros países e menos ainda as que transcendem as fronteiras nacionais.

As publicações periódicas – jornais e revistas – estão orientadas basicamente a trabalhar em seus mercados internos. Nos países do Mercosul são publicados mais de 700 títulos diariamente, com uma circulação bruta anual de 3.500 milhões de exemplares.

As revistas são consideradas um gênero de literatura menos nobre do que os livros, mas, com uma periodicidade semanal ou mensal, criam redes de comunicação heterogêneas, segmentadas segundo as mais diversas orientações. As vendas de revistas representaram, no ano 2000, um volume de 450 milhões de exemplares só no Brasil, um índice de 2,6 revistas por habitante.

A editoração de jornais brasileira faturou, em 1999, cerca de R\$ 2.798.966 mil. O número de títulos é de 465 com uma circulação diária de 7,883 milhões de exemplares.

No campo do jornalismo, o advento de acordos operacionais entre os principais órgãos de imprensa para acelerar e intensificar a troca de informações e os mecanismos de integração, convênios firmados pelas emissoras de rádio e televisão são fatores de extrema importância, visto que são os meios mais próximos da população e conseqüentemente, os que chegariam com maior rapidez à sociedade como um todo. A revista MERCOSUL é um exemplo pioneiro do que é possível fazer pela integração através da mídia impressa.

No entanto, para maior integração é necessário maior consciência dos profissionais da área, para que haja uma cobertura mais ampla dos assuntos culturais no âmbito do Mercosul, difundindo informações e estimulando leitores, ouvintes e telespectadores a travar conhecimento com escritores, artistas e produtores de cultura.

Além disso, espera-se que o mesmo entusiasmo que editores apresentam no dispêndio de dólares com títulos estrangeiros passe a contemplar também o Mercosul, divulgando mais a literatura da região e os estudos de natureza econômica e histórica, pois fora os “monstros sagrados”, com nomes passados em julgado, a maioria dos autores do Cone-Sul continua pouco lida fora do próprio país.

2.3.1.2 Setor de Serviços Audiovisuais

A dimensão social e econômica deste setor abrange mais de 50 milhões de domicílios, os que chegam diariamente a programação de um dos 350 canais de TV aberta e cerca de 3 mil emissoras repetidoras, com uma faturação publicitária estimada em 4.500 milhões de dólares. Enquanto a TV paga opera através de aproximadamente 2.000 canais, alcançando mais de 10 milhões de domicílios, com cerca de 5.000 milhões de faturamento anual entre quotas de assinantes e publicidade.

Tanto no Brasil como na Argentina, tem se desenvolvido complexos aparatos de produção audiovisual, particularmente na indústria de TV, passando de importadores de conteúdo a exportadores de programas para o mercado latino-americano e outras regiões (Roncagliolo apud Galperin, 1998).

Estes países não só produzem localmente a maior parte de sua oferta televisiva como se tem convertido em importantes competidores de mercado, fundamentalmente no rumo das telenovelas, gênero característico da televisão latino-americana. Entre as produções de programas de TV, as telenovelas são um gênero que teve um expressivo desenvolvimento no Brasil, desde as experiências dos anos 60 e 70, até o desenvolvimento atual de megaproduções dirigidas tanto ao mercado interno quanto ao mercado internacional.

No Brasil, destaca-se a Rede Globo, fundada em 1964 pelo empresário Roberto Marinho, teve sua grande fase de expansão no auge do regime militar (1964-1985), o qual financiou grande parte da infra-estrutura necessária para criar uma audiência nacional de televisão. A Rede Globo forma hoje parte do conglomerado de maior faturamento na América Latina, com interesses na área de publicação de jornais, revistas, livros, vídeos, discos, TV a cabo e DBS. Esta cadeia começou a exportar telenovelas na década de 70 e até 1992 já havia vendido mais de 400 telenovelas e mini-séries só na América Latina, EUA e Canadá. É importante ressaltar que as exportações constituem uma pequena parte do faturamento da Rede Globo, representando apenas 5% dos lucros da empresa (Melo apud Galperin, 1998).

Na Argentina, foi a partir de 1989 com a onda de privatizações e mudanças regulatórias introduzidas pelo novo governo, que se inicia a verdadeira consolidação dos grupos de multimídia. Durante estas mudanças se destacam as modificações na lei que proibia a entrada de empresas do setor de imprensa nas áreas de radiodifusão e na privatização das cadeias nacionais de televisão. Os grandes beneficiários destas privatizações foram, o Grupo Clarín – que publica Clarín, o jornal de língua espanhola de maior circulação em nível

mundial - e um outro consórcio que inclui a Editora Atlántida, líder no setor de revistas, como sócio majoritário. Com essa influência de capital e a renovação das estratégias comerciais, ambas as cadeias televisivas se expandiram rapidamente, aumentando sua infraestrutura de produção e distribuição. Programas nacionais, hoje, dominam a audiência e estão sendo exportados com êxito para os mercados vizinhos, como Chile, Paraguai e Uruguai.

O vertiginoso crescimento do Grupo Clarín merece um aparte. Esse conglomerado já é o terceiro em faturamento na América Latina, atrás da Rede Globo e *Televisa*. No mercado local, o grupo controla a cadeia de TV aberta, várias estações de rádio AM e FM, o maior provedor de TV a cabo (*Multicanal*) e vários canais de assinatura, além de ter participação na produção de filmes, DBS e TV a cabo no sul do Brasil.

É importante ressaltar que a fortaleza do setor televisivo (no caso da Argentina, do setor de TV a cabo) não representa o conjunto das indústrias audiovisuais no Brasil e Argentina. Em particular, ambas as indústrias cinematográficas atravessam uma forte crise, sendo a participação no mercado de filmes estrangeiros de 85% nos cinemas e de 90% na TV aberta em ambos os países. No entanto, inicia-se uma recuperação da produção nacional nos dois mercados, com base na nova relação entre cinema e televisão, com a recente criação de leis para impulsionar o setor (Nueva Ley de Cine en Argentina e Lei do Audiovisual no Brasil).

O cinema conta com uma produção anual de aproximadamente 100 longametragens, comercializados em mais de 2.500 salas, para cerca de 130 milhões de espectadores anuais, o que representa em bilheterias um ingresso estimado em torno de 600 milhões de dólares.

A produção cinematográfica que desde os anos 60 tinha o Brasil como o país mais desenvolvido da região (mais de 50 longametragens em 1965, frente a uma média de 30 por ano na Argentina), no período subsequente se centralizou na Argentina.

No entanto, a indústria cinematográfica vem sofrendo grandes transformações no Brasil devido às novas tecnologias adquiridas pela televisão e vídeo (TV a cabo, videocassetes, DVD's) e pelas políticas de apoio que passam por um momento de reformulação com a criação da Agência Nacional de Cinema – Ancine – que pretende impulsionar a produção valendo-se de uma perspectiva industrial de promoção do comércio.

No caso da radiodifusão sonora, a possibilidade de penetração em zonas rurais carentes de eletricidade, permitiria a esse meio chegar a quase totalidade dos lares. O total de emissoras de rádio da região supera a cifra de 12.000.

2.3.1.3 Indústria Fonográfica

No ramo fonográfico – onde o conjunto da América Latina ocupa a posição de 12,6 do mercado mundial – os países do Mercosul representam o maior volume de produção e comercialização da América do Sul, superando os 130 milhões de unidades vendidas por ano, com cifras que oscilam entre 105 milhões no Brasil e 15 milhões na Argentina.

Neste setor, a hegemonia das empresas transnacionais é quase total.- ainda que elas produzam a maior parte da obra dos autores e intérpretes locais mais famosos - se centralizando em seis grandes companhias: Sony, Warner, BMG, Thorn-EMI e Polygram.

A música popular, do samba ao rock, é um produto em alta no Mercosul, artistas como Roberto Carlos, Xuxa, Caetano Veloso, Daniela Mercury e os Paralamas do Sucesso são tão conhecidos nas *calles* de Buenos Aires quanto nas ruas do Rio. Os Paralamas do Sucesso chegam a reunir mais de 100 mil pessoas em suas temporadas e já conquistou discos de ouro no Uruguai e no Chile, são conhecidos como “a banda mais argentina do Brasil” nas lojas de disco de Buenos Aires.

Com a integração comercial através da música, levando em conta as peculiaridades regionais que podem ser decisivas para performance de um produto, pode-se levar ao conhecimento da população a cultura de seus “vizinhos” e com isso estabelecer pontes comerciais.

2.3.1.4 Indústria Publicitária

No caso do setor da publicidade, este constitui um poderoso fator de incidência cultural, ao apropriar-se dos valores simbólicos de cada espaço aproveitando-os na forma de novos produtos com o fim de incentivar determinados consumos ou de incluir determinadas atitudes ou condutas individuais e sociais.

Sua incidência é integral e potencializa, ao extremo, o que é próprio das outras indústrias culturais. Promove, em termos diretos ou indiretos, o desenvolvimento de indústrias totalmente alheias aos aspectos culturais empregados e em consequência fazem investimentos e promovem empregos. Seu papel, nesse sentido não pode ser marginalizado quando nos referimos a cultura e a situação das indústrias culturais do setor.

2.3.2 Outros setores envolvidos no processo de integração cultural

O fenômeno das trocas artísticas e das manifestações, que caracterizam o modo de ser de cada país da comunidade é um aspecto que deve ser realçado nos esforços para dar à região um caráter especial, como foi destacado pelos participantes do II Fórum de Integração Cultural do Mercosul. A professora Mônica Allende Serra, presidente do Instituto Arte Sem Fronteiras, frisou que, embora o Mercosul tenha nascido em torno da idéia de um mercado ampliado, torna-se urgente compreender que “ a cultura é que tece a trama do tecido que envolve todo processo de cooperação e integração. Segundo ela, o sucesso econômico, quando alcançado, não reverterá seus resultados para área social.

As trocas de idéias, de modos de ver e sentir, estilos de viver e criar, capacidades de conhecer e conviver devem formar a estrutura mais profunda do processo que põe frente a frente diversos povos, que se dispõem a compartilhar um destino. A questão cultural lança o desafio de o bloco se pensar como uma macrounidade, envolvida pelas aspirações mais profundas de seus integrantes – o que envolve pensar-se como mercado, como sociedade, como participante de um jogo planetário em que exerce e resguarda seu próprio espaço, define seus interesses maiores e preserva sua fisionomia própria, na multiplicidade das particularidades de cada membro.

Não faltam opções para ação no campo cultural, no terreno da dança e da música erudita, que já desfrutam de uma situação favorável no Brasil, onde existem elencos estáveis, de alto nível, que já lançaram bailarinas de conceito internacional e que possuem uma tradição de colaboração e integração com a Argentina, favorecem a retomada de um maior intercâmbio sob a bandeira do Mercosul.

Nas artes plásticas, onde é pouco conhecida a obra tanto de artistas de projeção nacional como internacional, jovens artistas raramente conseguem oportunidades para mostrar seus trabalhos em outros países do Cone Sul. A ação governamental aliada a iniciativa privada é essencial para criar espaços e programas de intercâmbio, principalmente no caso em que as obras expostas exijam a contrapartida de seguros, cujo alto custo, onera as mostras e muitas vezes impede a sua realização. Exemplos como o do Banco do Brasil, que começou a dar oportunidade à artistas plásticos do Cone Sul nos seus espaços culturais, deveriam ser seguidos por outras instituições governamentais e privadas.

Outro setor que apresenta um quadro de oportunidades favoráveis é o teatro, a divulgação de autores, montagens e intérpretes, seja através dos profissionais de nome já

firmado, seja através dos chamados grupos alternativos, geralmente identificados com as platéias jovens, deve ser estimulado por escolas, universidades e governos, pois apresenta ganhos reais em termos de qualidade de vida, geração de emprego e conhecimento mútuo entre as populações envolvidas.

Um dado positivo quando se aborda o leque de atividades culturais é a disponibilidade dos espaços culturais existentes no Brasil, tanto no eixo Rio-São Paulo como em outras cidades – caso de Curitiba -, locais capazes de abrigar desde uma exposição individual até eventos de porte. No Rio, apesar das vicissitudes de ordem econômica e policial, ganhou nos últimos anos impressionante circuito cultural, que voltou a ativar o seu centro comercial e sua vida noturna. Aos espaços tradicionais juntam-se, entre outros, O paço Imperial, o Centro Cultural do Banco do Brasil. A Casa Brasil-França, as antigas sedes da Light e da ECT, o Palácio do Catete e o Palácio do Itamaraty, e o multiespaço criado por Ricardo Amaral na Barra da Tijuca, o Metropolitan, onde é possível montar tanto um show de rock como uma ópera.

O norte e o nordeste também possuem hoje em dia excelentes teatros e espaços culturais, com destaque para o teatro Castro Alves em Salvador, o Arthur de Azevedo em São Luís, e os belos teatros de Belém e Manaus, herança da era faltosa da borracha, casas que poderiam funcionar em duas mãos, divulgando a arte dos países do Mercosul ou apresentando manifestações artísticas da cultura local aos turistas do Cone Sul, que cada vez mais procuram essas regiões nos meses de férias.

O turismo, por sinal, foi um dos triunfos para aceitação da idéia do Mercosul; graças ao incremento do intercâmbio turístico no Cone Sul desenvolveu-se um convívio que aproximou argentinos, brasileiros, paraguaios e uruguaios. Convívio que será enriquecido quando o intercâmbio cultural estiver estimulado em todas as suas frentes operacionais, do plano artístico à cooperação científico-tecnológica.

Em meio às demandas e problemas que desafiam os governos dos países do Mercosul – desenvolvimento, saúde pública, educação, transportes urbanos e rodoviários, habitação e outras prioridades econômico-sociais -, agravados pelas crises econômicas, as verbas requeridas pela cultura são geralmente às sobras do caixa orçamentário.

Diante desse quadro, cresce em importância o planejamento global para a programação oficial do Mercosul, fazendo a ação estatal buscar nas fontes de financiamento internacional os recursos para complementar as verbas necessárias a uma política de

integração cultural, que além da promoção de eventos inclua a cooperação técnico-científica, convênios para a educação e treinamento, patrocínios e bolsas, além de investimentos na preservação do rico patrimônio histórico e artístico do Cone Sul.

Recursos de empresas estatais de porte, de governos estaduais e de grandes prefeituras devem ser atraídos para apoiar esse programa cultural. No Brasil, exemplos como o da Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa econômica e outras empresas estatais desempenham papel de destaque no incentivo à cultura.

O planejamento de um calendário cultural do Mercosul, que incluísse não só os grandes eventos de cada país, como criasse os de caráter cíclico, como também os festivais de música, teatro, cinema, folclore, etc., sediados rotativamente nos países membros, favoreceria uma gama de novos atrativos para incrementar o turismo interno e externo. E a grande aliada para tal programação deverá ser a iniciativa privada, cada vez mais interessada no marketing cultural, o qual já desempenha no Brasil um papel importante para diversos segmentos, dando ao país um *know-how* que será bastante útil para os parceiros do Mercosul.

O crescimento dos financiamentos provenientes das empresas privadas certamente proporcionaria a liberação de maiores verbas oficiais para os programas de cooperação tecnológica e científica nos campos da medicina, saúde pública, informática, zootecnia, petróleo e indústria aeronáutica, onde Brasil e Argentina poderão desenvolver programas conjuntos de pesquisa e projetos de interesse comum para região.

Dentro do conceito global de cultura, a ecologia desempenhará um papel cada vez mais relevante na agenda do Mercosul, cujas populações reivindicam em escala crescente a ação fiscalizadora do Estado e da sociedade no desenvolvimento e execução de projetos capazes de agredir o meio ambiente, interferindo na qualidade de vida, na saúde pública e até mesmo no acesso à cidadania.

2.3.3 A Cooperação Educacional

No que diz respeito à dimensão educacional, o Mercosul é o único processo integracionista que institucionalizou essa área desde a sua formação. As ações governamentais para o fomento da cooperação educacional se alicerçam no Mercosul Educativo, decorrentes de um protocolo de intenções assinado em 1991, pelos ministros de Educação dos quatro países e aprovado pelo Conselho do Mercado Comum em 1992.

As universidades e demais instituições que compõem os sistemas de ensino superior, assumem um papel de extrema importância nesse processo, através da formação de quadros profissionais e técnicos, realizado a produção de conhecimento e desenvolvimento cultural de um modo mais amplo. Assim como nos outros setores da integração, há etapas a serem cumpridas; a orientação tradicional em direção à Europa e aos Estados Unidos precisa ser compensada por ações e medidas concretas que estimulem a aproximação, o conhecimento mútuo, à mobilidade docente e discente, à cooperação em programas e projetos científicos e, num nível superior, a integração no plano da formação de recursos humanos e da produção de conhecimento. Tudo isso precisa se desenvolver a partir do reconhecimento das vantagens para o próprio ensino superior e avanço econômico e social da região, de sistemas universitários diferenciados, autônomos e qualificados.

Analisando as perspectivas da cooperação universitária no Mercosul dando ênfase às ações autônomas de instituições acadêmicas e àquelas de iniciativa de órgãos governamentais e/ ou internacionais, é necessário verificar em que setores, entre quais instituições e em que programas essa cooperação pode se dar efetivamente.

Apesar das inúmeras diferenças entre os sistemas de educação superior, eles têm sido responsáveis por duas funções básicas: a formação de recursos humanos e a produção de conhecimentos. Com relação à função de *formação de profissionais via graduação*, é importante ressaltar que a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai tiveram seus sistemas de educação marcados por um acentuado processo de crescimento nos últimos 30 anos.

A Argentina divide seu sistema de educação superior em terciário (não-universitário) e universitário. O terciário abriga cursos de curta duração para a formação de professores e técnicos. O Brasil divide seu sistema de ensino superior em universidades, federações de escolas e faculdades isoladas e estabelecimentos isolados, públicos ou privados, federais, estaduais ou municipais. Há um acentuado predomínio de estabelecimentos privados em relação aos estabelecimentos públicos federais, estaduais e municipais e de estabelecimentos isolados em relação a universidades. No Uruguai, o ensino superior gravita, praticamente, em torno de uma única grande instituição pública – a Universidad de la Republica, que tem 13 faculdades, um instituto e duas escolas. Existe também a UCDAL, universidade particular, voltada às ciências humanas. O Uruguai ainda conta com centros de formação de professores e centros de ensino superior e pesquisa associados a sistemas universitários do exterior. O Paraguai tem seu sistema de ensino superior concentrado na Universidade Nacional de Asunción (UNA) e na Universidade Nuestra Señora de la Asunción (UCA). Também existem

instituições não-universitárias de curta duração.

Outro aspecto que diferencia os sistemas de educação superior no Mercosul é decorrente da relação entre o Estado e a universidade, que por sua vez se reflete, praticamente, em toda estrutura do sistema educativo e na produção de ciência e tecnologia. No Brasil, predomina a centralização e, daí decorrente, a dependência ao Ministério da Educação e no caso da pesquisa ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Essa dependência tem suas origens na criação do sistema de ensino superior, com autonomia universitária controlada, diferenciada da concepção da universidade argentina e uruguaia, onde as universidades do governo gozam de uma autonomia absoluta.

A cooperação universitária na região desdobra-se em três planos distintos: a) cooperação esporádica entre grupos e instituições; b) acordos institucionais bilaterais e c) acordos interinstitucionais multilaterais ou redes. Há uma clara tendência em favor de ações institucionais multilaterais.

A cooperação esporádica e espontânea é própria do meio universitário, buscando a cooperação e articulação entre grupos docentes, pesquisadores e técnicos que trabalham em campos comuns ou complementares, aproveitando oportunidades de apoio e financiamento.

Na cooperação através de acordos universitários bilaterais é comum a prática entre universidades da região na realização de convênios, que se dão, desde o intercâmbio de professores para realização de cursos; intercâmbio de pesquisadores para realização conjunta de pesquisas e publicações; estabelecimento de relações no âmbito da cooperação técnica; a viabilização de intercâmbio de estudantes das últimas fases da graduação e da pós-graduação até a intenção de desenvolvimento conjunto de cursos de pós-graduação.

Os acordos interuniversitários multilaterais e a formação de redes envolvem ações universitárias de cooperação voltadas especificamente ao Mercosul, merecendo destaque a expansão acentuada de redes institucionais de conhecimento entre os quatro países.

O intercâmbio de estudantes, seja do ensino médio ou do ensino superior é um passo que os países do Mercosul precisam dar para aproximar a população como um todo do processo de integração, dando oportunidade às pessoas, mas principalmente aos jovens, de conhecer a população, costumes e tradições dos países envolvidos, criando um nível de confiança maior, que só é possível através do conhecimento mútuo.

2.3.4 O Peso da Sociedade Civil

Nas condições históricas e estruturais brasileiras, nas quais houve sempre uma privatização do Estado por parte das elites econômicas e políticas principalmente, gerando uma política de apropriação do público pelo privado, faz-se necessário um processo contínuo de publicização que impregne a sociedade, que permita mobilizar espaços de representação, interlocução e negociação entre os atores sociais, que dinamize novas formas de articulação/integração entre Estado e Sociedade Civil em que interesses coletivos possam se explicados e confrontados. Com as particularidades típicas de cada Estado-Nação, essa privatização do público permeia todas as sociedades do continente.

As teorias civis associam a razão à justiça, a modernização à equalização das condições. Trata-se de uma divisão contratual da Nação, com o papel central atribuído à sociedade civil e redução, conseqüentemente, da função do Estado. A Nação está estribada no sistema representativo fundado na igualdade jurídica entre os cidadãos. Para o indivíduo, o pertencimento da Nação passa por sua cidadania. Os direitos da Nação decorrem dos direitos do indivíduo e lhe estão subordinados (Vaz, 2002).

Para Held “um modelo de organização política na qual os cidadãos, qualquer que seja sua localização no mundo, têm voz, entrada e representação política nos assuntos internacionais, paralela e independentemente de seus respectivos governos” (Archibugi e Held apud Wanderley, 2002).

Em certo número de sociedades, a orientação externa da economia baseia-se na aceitação de uma “desarticulação” da sociedade e da busca da homogeneidade cultural, a fim de favorecer a mobilização dos recursos na competição internacional. Esboça-se assim uma outra imagem da Nação, associando estreitamente o reforço da identidade nacional à ação política e econômica voltada para inclusão dos fluxos regionais e internacionais de negócio, marginalizando parte da população. O papel do Estado se reforça, mas o espaço democrático fica reduzido a um mínimo.

A falta de consulta e de se levar em conta a opinião pública nas decisões tomadas no Mercosul, demonstram como o processo integrador vem sendo quase inteiramente forjado de “cima para baixo”, com gestões públicas pouco democráticas, minimizando o potencial que poderia ser brandido.

O Mercosul não se consolida como Comunidade Regional devido aos limites impostos à participação da sociedade civil no processo decisório de integração, em fase do exclusivismo negociador associado às burocracias governamentais. “Esta tese demonstra que o processo de integração do Mercosul, ao contemplar aspectos econômicos e comerciais, e relegar a um segundo plano as políticas sociais, traz à tona o perigo de ser mais um processo de exclusão social” (Castro Vieira apud Wanderley, 2002, p. 67). Sem a presença consciente e ativa da sociedade civil nos processos integrativos eles perdem consistência em curtos prazos e são atingidos por conflitos intra e intergovernos.

A integração cultural a partir do intercâmbio de artistas, cineastas, romancistas, teatrólogos, pessoal especializado em mídia, grupos étnicos, etc., indicam facetas emergentes de uma eventual sociedade civil regional, engajada na consolidação do ambicionado Mercado Comum do Sul.

2.4 Integração Política e Institucionalização no Mercosul: possibilidades e limites

Como já vem sendo defendido nessa monografia, a integração pode ser compreendida de duas formas: como um fenômeno meramente comercial ou como um processo político que em seu desenvolvimento acarreta uma série de mudanças.

No caso de uma integração com caráter político, o processo vai muito além das trocas comerciais. O objetivo final é uma melhoria na qualidade de vida das populações envolvidas, seja por meio de cooperação entre os Estados participantes, pela promoção de um desenvolvimento conjunto e melhor inserção no cenário internacional, ou até mesmo pela criação de novas instâncias políticas, tal como vem ocorrendo na Europa.

Neste caso, a integração vista a partir da perspectiva política implica mudanças nas sociedades, não somente em sua forma de organização interna, mas também na sua maneira de inserir-se no mundo. Esta abordagem atualmente tem sido deixada de lado, sendo questionada em razão dos conflitos comerciais que dominam a pauta negociadora do Mercosul.

O Mercosul é um processo político que aos poucos está sendo incorporado ao cotidiano das nações que dele tomam parte, algumas de forma mais lenta que as outras. No caso do Brasil, esses efeitos são identificáveis nas regiões fronteiriças e de alguns estados do sul e sudeste, mas tendem a tornar-se mais difusos conforme avançamos para o norte do país.

Se as populações não identificam esse processo como fazendo parte de seu cotidiano, tampouco têm estímulo para dele participar, acabam fragilizando-o, porque sua consolidação e manutenção dependem da vontade política dos governos, que são também conjunturais, tais como os conflitos.

Processos de integração, como o Mercosul, necessitam de maior envolvimento social, de forma a garantir que as questões conjunturais possam ser superadas porque existem interesses de longo prazo capazes de lhe garantir a sustentação mesmo nos momentos de conflito. Esses interesses não são governamentais, embora existam setores dentro da burocracia estatal que possuem visão de longo prazo.

Os processos de integração geralmente são impulsionados pelos governos porque estes possuem capacidade e poder para assumir compromissos desse tipo e fazer com que a

sociedade os respeite. Eles também concentram o poder decisório porque, perante o direito internacional, são os atores reconhecidos para tal.

Em princípio, essas decisões deveriam considerar os interesses presentes na sociedade, mas no interior de uma sociedade nacional existe uma multiplicidade de valores e interesses que não são necessariamente homogêneos ou aceitos por todos, podendo inclusive ser compartilhados por grupos pertencentes a diferentes países e que podem formar um grupo de interesse internacional ou dar origem a uma nova identidade coletiva.

O posicionamento e a opinião de um ator face a um tema são determinados pelos “grupos” com os quais se identifica (e seus respectivos valores) e pelos demais membros de seu grupo, especialmente as lideranças, que funcionam como catalisadores de preferências já existentes (Haas apud Mariano, 2002).

De modo geral, todos os grupos pertencentes a um país compartilham os chamados “valores nacionais” intimamente ligados à cultura preponderante e presente na sociedade, considerada como o elemento central da identidade dos indivíduos a ela pertencentes. A maior interação entre as sociedades poderia influenciar as opiniões e percepções de seus cidadãos sobre sua realidade dentro do panorama nacional, ao mesmo tempo em que novos mitos, símbolos e valores seriam criados comunitariamente entre elas. Esse novo código valorativo de comportamento daria legitimidade às mudanças sociais em andamento.

A integração regional é um fenômeno mais amplo do que a cooperação internacional porque pode resultar em novas unidades ou entidades políticas, ou pelo menos uma mudança nas últimas. Matlary afirma que a integração é um evento que representa uma mudança no sentido de criar algo novo, podendo ser um processo que levará à transferência formal ou informal de poder decisório para a estrutura institucional do fenômeno da integração (Matlary apud Mariano, 2002).

Nesse sentido, são necessários vínculos mais estreitos em nível internacional, entre elites ou importantes organizações nacionais (como partidos políticos, sindicatos, associações profissionais, organizações religiosas e outras instituições semelhantes) para promover uma integração regional mais ampla, com caráter político.

A integração regional, portanto, não se restringe à esfera governamental ou à cooperação intergovernamental, pois envolve e atinge a sociedade como um todo, gerando interações entre grupos de interesse e representantes das sociedades que fogem ao controle estatal. O Mercosul foi pensado como um processo de integração amplo, sendo parte de uma

estratégia voltada para a promoção do desenvolvimento da região, onde a cooperação seria uma forma de superação das limitações individuais.

A criação formal de algum tipo de mecanismo ou instituição internacional é um elemento facilitador da cooperação. A institucionalização pode ser entendida como uma forma de minimizar imprevistos ao estabelecer, ainda que parcialmente, regras e convenções balizadas em negociações, além disso, eliminaria a necessidade de uma liderança constantemente empenhada em dar continuidade ao processo, diluindo essa responsabilidade em um grupo de representantes encarregados de negociar levando em conta os interesses nacionais.

No caso do Mercosul, e mais especificamente do Brasil, o estabelecimento dessa estrutura institucional mínima estava ligado a uma necessidade imediata e contextualizada, mas seus efeitos para a integração foram de longo prazo porque criou mecanismos permanentes de negociação e canalização de interesses. A integração saiu da esfera meramente diplomática, sendo incorporada em outros setores do governo, entre eles o Parlamento brasileiro.

Desde o início os governos preocuparam-se em criar mecanismos ou órgãos de representação da sociedade para legitimar a integração. No entanto, não foi semelhante a preocupação em garantir uma participação mais efetiva, especialmente nos momentos de decisão, definindo-se como espaço de atuação social nas esferas de consulta e discussão. No caso do Legislativo essa limitação da participação, comum para os representantes sindicais e empresariais, aponta para uma particularidade na relação entre os Poderes no Brasil, que é o distanciamento do Parlamento das negociações internacionais e da formulação da política externa, comportamento que deverá ser questionado pelo Mercosul conforme o processo ganha intensidade e começa a surtir efeito no cotidiano dos cidadãos, gerando demandas variadas e exigindo dos parlamentares respostas e ações concretas.

A constituição de um órgão vinculado ao Poder Legislativo dentro de um processo de integração é quase uma constante para todos os casos de integração regional que visam ir além da formação de uma zona de livre comércio, devida à necessidade de criar canais de expressão de demandas da sociedade e a defesa da democracia como valor fundamental para própria integração.

No caso do Mercosul, onde o processo integracionista tanto avançou nos aspectos econômicos, persiste um distanciamento entre seus Poderes Legislativos que deve ser pensado

e questionado como um problema para integração. A criação da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPC) teria, em princípio, um caráter fundamental na democratização do processo de integração, mas apresentou-se durante todo período de transição (26/03/91 a 31/12/1994) de forma omissa como representante da sociedade, mostrando uma falta de sintonia entre seu discurso e sua atuação prática.

Outro ponto a ser considerado, é que os parlamentares, em geral, não se interessam pelos assuntos da política externa, o mesmo ocorrendo com os partidos políticos, que tampouco incorporam esta temática em suas ações e discussões, e quando o fazem, é de forma superficial, não se traduzindo em ações com propostas concretas.

Os parlamentares, tanto governistas como de oposição, não demonstram interesse pelo Mercosul, ou tratam esse assunto como algo distante. Poucos são aqueles que estão incorporando efetivamente a questão da integração como relevante na sua atuação política. Os parlamentares brasileiros mostram-se debilmente preparados para enfrentar os novos desafios do cenário internacional, não tendo posição estabelecida a respeito das diferentes dimensões do processo de integração regional (Mariano, 2002).

O Mercosul ainda não foi incorporado como uma questão importante na sua estratégia de ação política. Os debates nas Comissões e nos plenários do Senado e da Câmara dos Deputados têm se limitado, quase sempre, à aprovação dos acordos internacionais assinados pelo governo.

Tradicionalmente, os partidos políticos e os parlamentares brasileiros consideram prioritários os chamados grandes temas nacionais. Em linhas gerais, podem ser descritos como: no âmbito econômico, a estabilização, o crescimento, a diminuição do desemprego, a dívida externa; na esfera política, a reforma dos sistemas político e partidário, o pacto federativo; na esfera social, a melhor distribuição de renda, a educação, a saúde, e encontrar soluções para violência. A democracia e sua consolidação são o pano de fundo de todas essas discussões.

Nessa agenda, os temas internacionais ficam relegados a um segundo plano dentro do Congresso. Isso é possível porque existe uma estrutura burocrática federal voltada exclusivamente para essa questão, que é o Ministério das Relações Exteriores, é uma escola de pensamento e de formulação de estratégias de inserção internacional com ampla experiência e reflexão sobre a política externa brasileira.

Embora existam parlamentares preocupados com a questão da integração regional, a grande maioria ainda desconhece o assunto e a própria atuação da CPC. Em alguns momentos, no entanto, as discussões acabam se ampliando e envolvendo um número maior de parlamentares em comparação ao dos membros da Seção Nacional da CPC, mas são casos pontuais. Os temas relativos à política externa são tratados, via de regra, de forma restrita por um grupo de parlamentares interessados pela temática, que nem sempre consideram essa questão uma prioridade em sua atuação como parlamentar. Em geral, os parlamentares assumem a postura de priorizar os trabalhos das comissões com maior prestígio dentro do Congresso.

Para Martins essa situação resulta da falta de conhecimento do trabalho da CPC por parte dos demais parlamentares e da população em geral, mas, sobretudo pela incapacidade dos membros dessa Comissão para dar viabilidade ao tema Mercosul e à sua participação (Martins apud Mariano, 2002, p. 1999).

Para os representantes do Poder Executivo, a crítica em relação à CPC refere-se à demora na tramitação de algumas decisões dos órgãos do Mercosul dentro dos Congressos, sendo usada como justificativa da sua exclusão do processo decisório, argumentando que isso acabaria emperrando o andamento das negociações. Em base a essa crítica, existe uma certa resistência à incorporação dos parlamentares nas negociações realizadas pelo Grupo Mercado Comum e pela Comissão de Comércio do Mercosul.

A questão da incorporação das decisões do Mercosul nas legislações nacionais tornou-se, na verdade, um problema que poderíamos chamar de crônico, sendo abordado em quase todas as reuniões realizadas tanto pela CPC como pelo CMC, cobrando maior agilidade e rapidez na atuação parlamentar. O ponto importante nesse debate não é a eficiência dos parlamentares e sim a marginalização deles nas decisões do Mercosul.

Os parlamentares não acompanham as negociações e tomam conhecimento do assunto quando a decisão já foi tomada, em alguns casos quando já começa a ser posta em funcionamento, deixando-os com pouca margem de discussão e interferência, e reforçando, desta maneira, o caráter retificador da CPC. Por outro lado, a tramitação das decisões no Congresso deve se adequar à sua própria agenda de negociação, na qual o Mercosul não é um tema prioritário e de interesse geral dos parlamentares.

Para alguns parlamentares essas funções somente poderiam ser satisfatoriamente exercidas com a institucionalização de um Parlamento do Mercosul. Essa questão levanta

novos desafios porque é consenso que a experiência dos Parlamentos sul-americanos no trato da política externa é reduzida, implicando no estabelecimento de “[...] canais eficientes interparlamentares e iniciar um processo construtivo de educação dos Parlamentos Nacionais, quanto menos para que não exponham seu despreparo de forma tão explícita [...]” (Os Tratados, 1997, p. 2).

Outra proposta que busca dar um novo sentido ao processo de integração, objetivando superar a etapa meramente comercial e introduzir uma estrutura institucional supranacionalidade é o “Mercosul Máximo”.

A idéia do Mercosul Máximo é de uma integração completa, abarcando todas as esferas da sociedade e envolvendo a todos os seus segmentos. Seria a institucionalização do mercado comum com estruturas burocráticas amplas similares às existentes na Europa. Essa proposta se opõe diretamente ao chamado Mercosul Mínimo, defendido por alguns setores do Poder Executivo Federal que sugerem o congelamento do processo de integração no atual estágio da união aduaneira (Mariano, 1999).

A construção desse Mercosul Máximo exigiria um envolvimento crescente das sociedades e a atuação efetiva dos parlamentares no debate interno da integração, exigindo a criação de canais de interação e cooperação entre partidos políticos e Congressos, visando a formulação de um projeto comum para a integração regional. Esse projeto ou programa político regional seria uma proposta mais acabada sobre os objetivos do Mercosul na esfera política, quais os arranjos institucionais necessários, assim como a forma de incorporação da sociedade no processo, elaborando os canais de pressão e de representação.

Essa necessidade de aproximação, é preciso ressaltar, não se restringe somente nos países do Mercosul, atingindo também aqueles que buscam se apresentar como alternativas. A tendência seria para criar alianças ou coalizões supranacionais a partir do compartilhamento de idéias e interesses, para defender no âmbito regional propostas que são discutidas nacionalmente.

Além da aproximação entre os partidos políticos e os Congressos, o discurso referente ao Mercosul Máximo baseia-se em outros dois pontos: a maior participação nas negociações e na criação de um Parlamento do Mercosul (Redecker apud Mariano, 2002). Apesar das ações nem sempre condizerem com esses objetivos, a retórica parlamentar está sempre insistindo em reafirmar a importância desses aspectos.

A constituição de um Parlamento no Mercosul é uma questão com crescente presença na agenda de discussões, embora existam divergências sobre sua utilidade e necessidade, ou mesmo em relação ao seu papel. Há um consenso entre os parlamentares de que um Parlamento não pode ser criado de um momento para outro, devendo resultar de um processo de construção na estrutura institucional do Mercosul, com o apoio dos próprios Congressos Nacionais, pois requer antes uma negociação com eles.

A possibilidade dessa proposta ir adiante é bastante remota, especialmente se considerarmos o baixo empenho dos parlamentares em todo o processo de integração e na sua participação efetiva no Mercosul. Outro fator limitador é a forte resistência por parte dos representantes governamentais em relação à criação de um parlamento regional com caráter supranacional.

Os representantes dos Poderes Executivos afirmaram reiteradas vezes que a criação de um Parlamento do Mercosul era e permanece sendo desnecessária, pois o atual estágio da integração não requer esse tipo de estrutura institucional que poderia limitar a agilidade das negociações e burocratizar o processo. Embora esse argumento seja válido, não condiz com a realidade. O Mercosul hoje é um processo complexo e dinâmico que exige maior dedicação por parte dos negociadores.

A constituição de um Parlamento no Mercosul seria uma fonte importante para promoção de debates sobre a integração. O fato de existirem eleições para essa instituição poderia ampliar a discussão na sociedade para os setores normalmente desinteressados pelas relações internacionais e desinformados sobre o que vem ocorrendo no Mercosul. Para os parlamentares seria uma ampliação da sua esfera de atuação e da possibilidade de consolidar novos núcleos de apoio político fora de seus tradicionais redutos eleitorais.

A resistência à criação de novas instituições esbarra no problema da legitimidade do processo de negociação, pois não permite a criação de mecanismos democráticos de controle e acompanhamento do mesmo. A participação da sociedade nas negociações do Mercosul, por meio de seus representantes (parlamentares, sindicatos, etc.), é sempre de caráter consultivo e sem acesso às decisões, sendo marginalizada da definição dos rumos da integração.

A dimensão política da cultura histórica reside na circunstância de que toda forma, efetivamente implantada, de organização política e institucional da sociedade exige o assentimento de cada indivíduo, para o qual a memória histórica desempenha um papel importante. Não é por acaso que a dominação política esteia-se em elementos históricos, em

particular na simbologia das origens e da continuidade, para pretender a legitimidade. A legitimidade é a aptidão estrutural do sistema político a receber adesão, supondo-se que os mecanismos de sua justificação encontrem base (real ou forjada) na memória histórica da coletividade (Vaz, 2002).

3. Metodologia

A presente pesquisa tem caráter exploratório, uma vez que poucos trabalhos foram desenvolvidos sobre esse tema.

Para que os objetivos do presente estudo fossem alcançados, a base metodológica utilizada englobou uma pesquisa documental ampla por textos técnicos relacionados ao tema proposto. Para tanto, a busca minuciosa por artigos, livros, estudos, apostilas, revistas e mesmo páginas da WEB (Internet), sejam esses de caráter quantitativo ou qualitativo, imprescindíveis para a consecução do trabalho.

Como forma de facilitar a obtenção das informações requeridas e subsidiar o desenvolvimento do estudo, foram adotadas técnicas de entrevista, observação não participativa e análise documental. A triangulação dessas técnicas forneceu maior consistência e cientificidade ao projeto.

CONCLUSÕES

O Mercosul não deve ser apenas um objeto de Governo, mas sobretudo um anseio da população em geral. Convictos de que este é o melhor caminho, cabe a nós indagar qual é o nosso horizonte – e o nosso horizonte não é somente a consolidação do Mercosul, mas também a integração horizontal mais ampla possível.

O elemento central para que o processo de integração se aprofunde no sentido de um consolidar o Mercado Comum está na definição de uma estratégia de integração. Embora exista um projeto integracionista em andamento, muitos dos atores envolvidos não conseguem perceber a importância do mesmo para seus países.

O conhecimento e a difusão do registro das atividades culturais de cada país é fundamental para que conheçamos o modo de viver, as noções de convivência, a maneira como externamos as emoções, principalmente por meio da arte.

A legislação mínima para que haja esse intercâmbio cultural já existe, além do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, a própria Constituição brasileira de 1988, determina: “O Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando a formação de uma comunidade latino-americana de nações” (art. 4º; parágrafo único).

No entanto é necessário que se estabeleça políticas públicas de caráter supranacional para que, independente do governo, as mesmas tenham continuidade e possam ser percebidas pela sociedade como um todo.

Além disso, a integração tem que ser pensada em duplo sentido. Por um lado, como integração com os países parceiros do bloco e, ao mesmo tempo, como integração para o interior, que permita corrigir as graves desigualdades sociais contidas no interior dos próprios países.

A diversidade cultural implica reconhecimento de direitos sociais e culturais dos diferentes grupos que compõe a população dos países do bloco. O aumento do intercâmbio dos produtos das indústrias culturais, de profissionais e estudantes dos países do Mercosul favoreceria as relações como um todo e criaria um novo horizonte para seus cidadãos.

Não podemos ignorar algo essencial à vitalidade do Mercosul: dar a dimensão científica, cultural e artística, o mesmo dinamismo, as mesmas possibilidades e igual intensidade que já conseguimos conferir ao campo econômico.

Temos de considerar que as exigências éticas de nossos povos não se esgotam no êxito econômico, mas ao contrário, transcendem os aspectos materiais para assumirem também uma dimensão moral, intelectual e de bem-estar, representada por direitos e valores prevaletentes de todas as sociedades.

REFERÊNCIAS

- ÁLVAREZ, Gabriel (Org.). **Indústrias culturais no Mercosul**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003.
- BAUMANN, Renato (Org.). **Mercosul: avanços e desafios da integração**. Brasília: IPEA/CEPAL, 2001.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).
- CALDAS, Ricardo; ERNST, Christoph. **ALCA, APEC, NAFTA e União Européia: cenários para o Mercosul no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2003.
- COSTA, Cléria Botelho da; MAGALHÃES, Nancy Alessio (Org.). **Contar história, fazer história : história, cultura e memória**. Brasília: Paralelo 15, 2001.
- DANTAS, San Thiago. **A cultura política como fator de poder nacional**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1956.
- _____. **Política externa independente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- D'ANGELIS, Wagner Rocha. **Mercosul: da ingovernabilidade à supranacionalidade?**. Curitiba: Editora Juruá, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1997.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- GALLO, Santiago Martin (Coord). **Guia prático dos acordos internacionais assinados pelo Brasil no âmbito da integração regional Mercosul – ALADI**. São Paulo: S.M. Gallo, 2000.
- GALPERIN, Hernan. **Las industrias culturales en los acuerdos de integración regional: el caso NAFTA, la UE y el MERCOSUR**. Brasília: Unesco, 1998
- GETINO, Octavio (Coord.). **Industrias culturales: incidencia económica y sociocultural, intercambios y políticas de integración regional**. Buenos Aires: Secretaría de Cultura y Medios de Comunicación de la Nación, 2000.
- HIRST, Mônica. **Vargas-Perón y las relaciones Brasil-Argentina**. Buenos Aires: FALASCO. Documentos e Informes de Investigación, 31. 1985.
- JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

- JUNIOR, Brasílio Sallum (Org.). **Brasil e Argentina hoje: política e economia**. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- MARIANO, Karina L. Pasquariello. **Mercosul: a emergência de uma nova sociedade**. Estudos de Sociologia, Araraquara, n.12, p. 169-200, 2002.
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. **Relações Internacionais: cultura e poder**. Brasília: IBRI, 2002.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul**. São Paulo: ANNABLUME, 1996.
- OS TRATADOS e o poder dos parlamentares. **Gazeta Mercantil Latino Americana**, São Paulo, 6 a 12 out. 1997. Editorial
- PAIVA, Márcia de; MOREIRA, Maria Ester (Coord.). **Cultura. Substantivo plural**. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil – São Paulo: Ed. 34, 1996
- PEIXOTO, João Paulo M. **Integração hemisférica: dimensões políticas, econômicas e sociais**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2001.
- RECONDO, Gregório. **Identidad, integración y creación cultural en América Latina**. Capital Federal – Argentina: UNESCO/Fundación Cultural de Belgrano, 1997.
- SAN MARTINO, L. **Integración iberoamericana**. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1996.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. **Relações Internacionais: dois séculos de história: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 até os nossos dias)**. Brasília: IBRI, 2001.
- SILVA, Alexandra de Mello. **O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea**. In: Revista Estudos Históricos, n. 15. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1995.
- SOUZA, Antônio Marcus Alves. **Cultura no Mercosul: uma política do discurso**. Brasília: Plano Editora. Co-edição: Fundação Astrojildo Pereira, 2004.
- VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul**. Brasília: IRBI, 2002
- _____. **A integração no Mercosul: novos atores e o desafio da participação política e social**. In: CHALOULT, Yves & ALMEIDA, Paulo Roberto (Org.). *Mercosul, Nafta e Alca: a dimensão social*. São Paulo: LTR, 1999.
- _____. **Parcerias estratégicas no contexto da política exterior brasileira: implicações para o Mercosul**. In: Revista Brasileira de Política Internacional, v.42, n.2, p. 52-82, 1999.

- VEIGA, Pedro da Motta. **O Brasil e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará; São Paulo: SOBEET, 2000.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Mercosul e sociedade civil**. In *São Paulo em Perspectiva*: Revista da Fundação Seade, v.16, n.1/ jan-mar, p. 63-73, 2002.
- WINTER, Luiz Alexandre Carta. **Crise do modelo presidencialista no âmbito do Mercosul**. Curitiba: Editora Juruá, 2002.
- www.camara.gov.br/internet/comissoes/cpcms
- [www.minc.gov.br/merco WEB/merco.htm](http://www.minc.gov.br/merco_WEB/merco.htm)
- www.mre.gov.br
- www.rio.rj.gov.br/mercosulcultural/index.htm

ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Qual o papel da diplomacia brasileira no processo de integração, ante o histórico de forte relação de cooperação com os EUA ? Este aspecto retardou a integração sub-regional?
2. Até que ponto a existência de regras formais sobre cultura se traduz em aproximação cultural entre os povos ?; O Protocolo de Integração Cultural do Mercosul não avançou por quê?
3. Qual o papel dos diferentes setores de integração envolvidos no processo? Qual o peso da sociedade civil na construção do bloco ?
4. A integração política e a institucionalização do bloco seriam caminhos para uma maior integração cultural?

ANEXO II – PROTOCOLO DE INTEGRAÇÃO CULTURAL DO MERCOSUL

Os Governos da República da Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, doravante denominados "Estados-Partes"

Tendo em vista os princípios e os objetivos enunciados no Tratado de Assunção, assinado em 26 de março de 1991, e o Memorando de Entendimento, firmado em Buenos Aires, em 15 de março de 1995, no âmbito da Primeira Reunião Especializada de Cultura;

Conscientes de que a integração cultural constitui um elemento primordial dos Processos de integração e que a cooperação e o intercâmbio cultural geram novos fenômenos e realidades;

Inspirados no respeito à diversidade das identidades e no enriquecimento mútuo;

Cientes de que a dinâmica cultural é fator determinante no fortalecimento dos valores da democracia e da convivência nas sociedades;

Acordam

ARTIGO I

1. Os Estados-Partes comprometem-se a promover a cooperação e o intercâmbio entre suas respectivas instituições e agentes culturais, com o objetivo de favorecer o enriquecimento e a difusão das expressões culturais e artísticas do Mercosul.

2. Para tanto, os Estados-Partes promoverão programas e projetos conjuntos no Mercosul, nos diferentes setores da Cultura, que definam ações concretas.

ARTIGO II

1. Os Estados-Partes facilitarão a criação de espaços culturais e promoverão a realização, prioritariamente em co-produção, de eventos culturais que expressem as tradições históricas, os valores comuns e as diversidades dos países-membros do Mercosul.

2. Os eventos culturais contemplarão, entre outras iniciativas, o intercâmbio de artistas, escritores, pesquisadores, grupos artísticos e integrantes de entidades públicas e privadas vinculadas aos diferentes setores da Cultura.

ARTIGO III

Os Estados-Partes favorecerão produções para cinema, vídeo, televisão, rádio e multimídia, sob o regime de co-produção e co-distribuição, abrangendo todas as manifestações culturais.

ARTIGO IV

Os Estados-Partes promoverão a formação comum de recursos humanos envolvidos na ação cultural. Para tanto, favorecerão o intercâmbio de agentes e gestores culturais dos Estados-Partes em suas respectivas áreas de especialização.

ARTIGO V

Os Estados-Partes promoverão a pesquisa de temas históricos e culturais comuns, incluindo aspectos contemporâneos da vida cultural de seus povos, de modo que os resultados dessas pesquisas possam servir como aporte para a definição de iniciativas culturais conjuntas.

ARTIGO VI

Os Estados-Partes incentivarão a cooperação entre seus respectivos arquivos históricos, bibliotecas, museus e instituições responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e cultural, com vistas à harmonização dos critérios relativos à classificação, catalogação e preservação, para fins de criação de um registro do patrimônio histórico e cultural dos Estados-Partes do Mercosul.

ARTIGO VII

Os Estados-Partes recomendam a utilização de um Banco de Dados comum informatizado - confeccionado no âmbito do Sistema de Informação Cultural da América Latina e do Caribe - SICLAC - , que contenha calendários de atividades culturais diversas e relações de recursos humanos e estruturais disponíveis em todos os Estados-Partes.

ARTIGO VIII

Cada Estado-Parte protegerá, em seu território, os direitos de propriedade intelectual das obras originárias dos outros Estados-Partes, de acordo com sua legislação interna e com os tratados internacionais a que tenha aderido ou venha a aderir e que estejam em vigor em cada Estado Parte.

ARTIGO IX

Os Estados-Partes fomentarão a organização e a produção de atividades culturais conjuntas para sua promoção em terceiros países.

ARTIGO X

Os Estados-Partes envidarão seus melhores esforços para que a cooperação cultural do Mercosul envolva todas as regiões de seus respectivos territórios.

ARTIGO XI

Os Estados-Partes estimularão medidas que favoreçam a produção, a co-produção e a execução de projetos que sejam considerados de interesse cultural.

ARTIGO XII

Os Estados-Partes comprometem-se a buscar fontes de financiamento para as atividades culturais conjuntas do Mercosul, procurando a participação de organismos internacionais, da iniciativa privada, de fundações com programas culturais.

Na execução de empreendimentos comuns culturais, os Estados-Partes comprometem-se, ainda, a buscar, sempre que necessário, a cooperação e a assistência técnica dos organismos internacionais competentes.

ARTIGO XIII

Os Estados-Partes adotarão medidas tendentes a facilitar a admissão, em seus respectivos territórios, em caráter temporário, de material destinado à realização de projetos culturais aprovados pelas autoridades competentes dos Estados-Partes.

ARTIGO XIV

Os Estados-Partes estimularão a adoção de medidas que facilitem o trânsito de agentes culturais, vinculados à execução dos projetos de natureza cultural.

ARTIGO XV

Cada Estado-Parte favorecerá, em seu território, pelos meios de comunicação ao seu alcance, a promoção e a divulgação das manifestações culturais do Mercosul.

ARTIGO XVI

1. As controvérsias que surjam entre os Estados-Partes, em decorrência da aplicação, interpretação ou do não cumprimento das disposições contidas no presente Protocolo serão resolvidas mediante negociações diplomáticas diretas.

2. Se, mediante tais negociações, não se alcançar um acordo ou se a controvérsia for solucionada apenas em parte, serão aplicados os procedimentos previstos no Sistema de Solução de Controvérsias vigente entre os Estados-Partes do Tratado de Assunção.

ARTIGO XVII

O presente Protocolo, parte integrante do Tratado de Assunção, entrará em vigor, para os dois primeiros Estados que o ratifiquem 30 (trinta) dias após o depósito do segundo instrumento de ratificação. Para os demais signatários, entrará em vigência no trigésimo dia após o depósito do respectivo instrumento de ratificação e na ordem em que forem depositadas as ratificações.

ARTIGO XVIII

O presente Protocolo poderá ser revisto de comum acordo, por proposta de um dos Estados-Partes.

ARTIGO XIX

A adesão, por parte de um Estado ao Tratado de Assunção implicará, ipso jure, a adesão ao presente Protocolo.

ARTIGO XX

1. O Governo da República do Paraguai será o depositário do presente Protocolo e dos instrumentos de ratificação, e enviará cópias devidamente autenticadas dos mesmos aos Governos dos demais Estados Partes.

2. Da mesma forma, o Governo da República do Paraguai notificará os Governos dos demais Estados-Partes a data de entrada em vigor do presente Protocolo, bem como a data de depósito dos instrumentos de ratificação.

Feito em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996, em um original, nos idiomas espanhol e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI